



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Leonardo Davi de Souza Silva

Palacete Antônio Florêncio: Uma Proposta de Plano de Salvaguarda.

PAU DOS FERROS

2024

Leonardo Davi de Souza Silva

Palacete Antônio Florêncio: Uma Proposta de Plano de Salvaguarda.

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Professora Orientadora: Profa. Dra. Monique Lessa Vieira Olimpio.

PAU DOS FERROS

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

S586p Silva, Leonardo Davi de Souza .
Palacete Antônio Florêncio: uma proposta de
plano de salvaguarda. / Leonardo Davi de Souza
Silva. - 2024.
90 f. : il.

Orientador: Monique Lessa Vieira Olimpio.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2024.

1. Preservação. 2. Conservação. 3. Valor
histórico. 4. Autenticidade. 5. Integridade. I.
Olimpio, Monique Lessa Vieira , orient. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Leonardo Davi de Souza Silva

Palacete Antônio Florêncio: Uma Proposta de Plano de Salvaguarda.

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 25 / 10 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Monique Lessa Vieira Olimpio, Profa. Dra. (UFERSA)
Presidente

Anna Cristina Andrade Ferreira, Profa. Dra. (UFERSA)
Membro Examinador

Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador

À minhas amadas, Tia Minerva, minha avó Estelita e à Ivinha. Agradeço pelo exemplo de força e amor. Obrigado por todos os ensinamentos. (In Memiam).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Deus e a minha família por todo o auxílio e suporte que foram oferecidos durante toda minha vida pessoal e como estudante. Agradeço em especial aos meus pais, Benedito Júnior e Makézia Karla, pelo incondicional apoio e amor.

Agradeço à minha orientadora, Professora Monique, por me apoiar e me aceitar como orientando, agradeço por toda trajetória de aprendizados e crescimento acadêmico. Obrigado pelo cuidado e dedicação.

Agradeço também aos professores Anna Cristina e Gabriel Leopoldinao pela disponibilidade, e também pelas contribuições e direcionamentos oferecidos.

Agradeço à UFRSA e a todo corpo docente, por contribuírem na minha formação quanto Arquiteto e Urbanista.

Agradeço também aos meus amigos, em especial Heloise Almeida, Sândya Paula e Murilo Ricardo, por todo o companheirismo e irmandade, que me acompanharam, apoiaram, sorriram, choraram e cresceram ao meu lado.

RESUMO

O trabalho em questão trata de sobre a preservação e conservação de monumentos históricos partindo do preceito de comunicar a população do seu devido valor urbanístico, cultural e social. Propõe um plano de salvaguarda para o prédio que atualmente abriga a Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), localizado no município de Mossoró/RN, de modo a abranger o interesse populacional para o seu próprio legado e identidade, intensificando o sentimento de pertencimento. Para tanto, reflete sobre políticas de preservação e retoma alguns conceitos e teorias da restauração. Discute a relevância da preservação no meio arquitetônico e urbano buscando assim, promover o debate desta prática por meio de uma ação de restauro e estratégias de conservação, que não interfiram na identidade do bem, respeitando suas características, agindo apenas para engrandecer sua individualidade temporal. Dito isto, o trabalho abrange várias fontes teóricas acerca de intervenções deste tipo no ambiente patrimonial afim de apresentar proposições que garantam a salvaguarda do bem.

Palavras-chave: preservação; conservação; valor histórico; autenticidade; integridade; Mossoró – RN.

ABSTRACT

The work in question focuses on the preservation and conservation of historical monuments, emphasizing the need to communicate their urban, cultural, and social value to the public. It proposes a safeguarding plan for the building currently housing the Municipal Secretariat of Finance (SEFA) in Mossoró/RN, aiming to engage the community in recognizing its legacy and identity, thereby enhancing the sense of belonging. To this end, it reflects on preservation policies and revisits concepts and theories of restoration. The discussion highlights the importance of preservation within architectural and urban contexts, promoting dialogue around restoration practices and conservation strategies that do not compromise the identity of the site, but rather aim to enhance its temporal individuality. The work draws on various theoretical sources regarding such interventions in heritage environments to present proposals that ensure the safeguarding of the property.

Keywords: preservation; conservation; historical value; authenticity; integrity; Mossoró – RN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casarão histórico demolido no cruzamento das avenidas Augusto Severo e Rio Branco.....	13
Figura 2 - Antigo cinema do Pax.....	14
Figura 3 - Secretaria Municipal da Fazenda de Mossoró (SEFAZ).	16
Figura 4 - Recorte Espacial.	21
Figura 5 - Imagem Aérea do Palacete.	22
Figura 6 - Área do Estudo.....	23
Figura 7 - Croqui do Mapa da Cidade em 1772.	36
Figura 8 - Croqui do Mapa da Cidade em 1810.	37
Figura 9 - Croqui do Mapa da Cidade em 1861 e 1870.	38
Figura 10 - Fotografia Histórica da Antiga Estação Ferroviária de Mossoró.	40
Figura 11 - Igreja São Vicente em Mossoró.....	41
Figura 12 - Palácio da Resistência em Mossoró.....	41
Figura 13 - Imagem Aérea do Mossoró Cidade Junina.	42
Figura 14 - Equipamentos Existentes no Corredor Cultural.....	43
Figura 15 - Mapa de Cheios e Vazios (Raio de 200 metros em relação ao Palacete).	47
Figura 16 - Mapa de Uso e Ocupação (Raio de 200 metros em relação ao Palacete).	48
Figura 17 - Mapeamento das Fachadas Históricas (Raio de 200 metros em relação ao Palacete).	49
Figura 18 - Fachadas Ecléticas em Mossoró - RN.	50
Figura 19 - Fachadas por trás das copas das árvores.	50
Figura 20 - Edificações históricas com uso comercial em Mossoró - RN.	51
Figura 21 - Fachada histórica em centro comercial de Mossoró - RN.	52
Figura 22 - Fachadas Art Deco Sertanejo em Mossoró - RN.....	53
Figura 23 - Secretaria da Fazenda, Fachada Frontal.	55
Figura 24 - Secretaria da Fazenda, Fachada Lateral.....	56
Figura 25 - Planta Baixa do Pavimento Térreo.	57
Figura 26 - Planta Baixa do Pavimento Superior.	58
Figura 27 - Fachada Leste.	58
Figura 28 - Fachada Norte.	59
Figura 29 - Fachada Sul.....	59

Figura 30 - Fachada Frontal.....	61
Figura 31 - Localização da Fachada Frontal em Planta Baixa.	62
Figura 33 - Rachaduras na Fachada Frontal.	62
Figura 33 - Fachada Frontal - Esquadrias.....	63
Figura 34 - Fachada Frontal - Balaústres.....	63
Figura 35 - Patologias no Balaústres.	64
Figura 36 - Fachada Frontal - Platibanda.	64
Figura 37 - Fachada Lateral Esquerda.	65
Figura 38 - Fachada Lateral Esquerda em Planta Baixa.....	65
Figura 30 - Deformidades na Fachada Lateral Esquerda.	66
Figura 40 - Fachada Lateral Esquerda - Esquadrias.	66
Figura 41 - Janela na Fachada Lateral Esquerda.	67
Figura 42 - Fachada Lateral Esquerda - Platibanda.....	67
Figura 43 - Imagens da Fachada Lateral Direita.	68
Figura 44 - Fachada Lateral Direita em Planta Baixa.	69
Figura 45 - Fachada Lateral Direita - Esquadrias.....	69
Figura 46 - Fachada Lateral Direita - Balaústres e Guarda-corpos.	70
Figura 47 - Fachada Lateral Direita - Platibanda.	70
Figura 48 - Mapa de Danos - Fachada Frontal.	71
Figura 49 - Mapa de Danos - Fachada Lateral Esquerda.	72
Figura 50 - Mapa de Danos - Fachada Lateral Direita.	72
Figura 51 - Fissuras; Lacunas; Ferrugem;	75
Figura 52 - Argamassa solta; Sujidades; Fissuras;	76
Figura 53 - Lacunas; Sujidades; Fissuras; Destacamento de Pintura;	77
Figura 54 - Esquadria Original da Edificação.	78
Figura 55 - Fachadas restauradas e repintadas	79

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	12
2 - METODOLOGIA	19
2.1. Fontes Teóricas Metodológicas.....	19
2.2. Fontes Empíricas Metodológicas	20
2.3. Recorte Espacial.....	20
2.4. Levantamento Urbanístico	22
3 - MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL.....	23
3.1. A Construção de uma Política de Preservação	26
3.2. Considerações acerca do Plano de Salvaguarda.....	27
3.3. Abrangendo Conceitos Relacionados.....	29
3.4. Conservação e Restauração	31
4 - SOBRE O BEM A SER PRESERVADO.....	35
4.1. Comentários acerca da Formação Histórica, Urbanística e Cultural de Mossoró/RN	35
4.2. Ações de Conservação do Patrimônio pelo Município	44
4.3. Descrição e Análise Urbanística do entorno	46
4.4. Levantamento Histórico e Cultural da Edificação.....	53
4.5. Levantamento físico	56
4.6. Avaliação das Condições Físicas e Mapa de Danos.....	60
4.6.1. Diagnóstico das Patologias Encontradas.....	61
4.6.2. Mapa de Danos.....	71
5 - A PROPOSTA DE SALVAGUARDA	73
5.1. Definição das Estratégias de Restauo e Manutenção	73
5.2. Educação Patrimonial Através do Olhar Crítico do Observador.....	83
5.3. Promovendo a Integração com a Comunidade.....	

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.	88

1- INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural é uma herança preciosa legada por nossos antepassados, essencial para construção de uma identidade e compreensão da sociedade contemporânea em relação à sua própria história e cultura. Este conceito engloba bens materiais, lugares e tradições, sendo o foco central de análise deste trabalho o patrimônio histórico arquitetônico, que é um bem material. Este, representado por construções e monumentos históricos, é um testemunho vivo do passado que permite às gerações futuras entender e apreciar a evolução cultural, social e tecnológica da humanidade. Além disso, essas edificações muitas vezes se tornam símbolos icônicos de uma nação ou comunidade, despertando um senso de identidade e pertencimento. Historicamente, observa-se uma crescente preocupação com a preservação do patrimônio edificado, o que tem impulsionado discussões e estudos abrangentes sobre a importância de sua proteção e as metodologias adequadas de intervenção.

A conservação destes elementos vai muito além do seu valor histórico e cultural, tal cuidado pode impulsionar o crescimento social e econômico, trazendo um desenvolvimento sustentável, auxiliando no crescimento de comunidades locais com a geração de empregos, e no aumento de políticas públicas que incentivam a prática da restauração. Contudo, a conservação de edificações que possuem tais valores enfrenta desafios variados, desde problemas estruturais, resultado da ação de intempéries e do homem, advindos do acelerado desenvolvimento urbano e tecnológico, assim como a própria degradação natural resultado dos longos anos de existência causando o surgimento de patologias, além da depredação causada pela população, muitas vezes por falta de instrução e conhecimento, juntamente com a falta de políticas de gestão eficientes por parte do poder público para com a tipologia dos empreendimentos citados anteriormente. Soma-se a isso intervenções descaracterizantes ou descontextualizadas que não contribuem para a valoração e preservação dos bens arquitetônicos.

O surgimento de novas tecnologias e desenvolvimento de novas técnicas construtivas contribuiu para um acelerado crescimento dos centros urbanos, promovendo um olhar estético mais modernizado dos cidadãos, essa tendência pode ter resultado na desvalorização das edificações mais antigas, o que, por sua vez, aumenta a frequência da busca por sua demolição para dar lugar a elementos mais atuais e contemporâneos, ou na intervenção inapropriada do bem, esta problemática representa uma ameaça ao processo de manutenção de espaços e monumentos historicamente valorizados.

Este conflito não somente compromete a integridade física dos bens culturais, mas também ameaça a memória coletiva e a identidade cultural de uma determinada população. Este trabalho trás como recorte a problemática existente na cidade de Mossoró, localizada no estado do Rio Grande do Norte, cidade com um rico contexto histórico e cultural, seu patrimônio edificado reflete seu passado, além de demonstrar sua formação urbana e desenvolvimento socioeconômico até os dias atuais, contudo, a região enfrenta desafios em relação a sua preservação histórica.

Na cidade ocorre a degradação de casarões, igrejas e monumentos, que acaba por se tornar algo recorrente, pela falta de manutenção ou de ações inadequadas, estas que comprometem a integridade do valor cultural das obras, a exemplo do Cinema Pax, um prédio significativo para história mossoroense, que atualmente possui sua fachada em estilo Art Déco escondida por placas de ACM com letreiros do comércio local. Além disso, o apelo pela modernidade muitas vezes leva à demolição de edificações históricas, como a casa histórica que se encontrava no cruzamento das as avenidas Augusto Severo e Rio Branco, que mesmo causando uma comoção por parte da população, acabou por ser demolida.

Figura 1: Casarão histórico demolido no cruzamento das avenidas Augusto Severo e Rio Branco



Fonte: Disponível em: <https://mossoronoticias.com.br/cotidiano/casarao-construido-na-decada-de-1930-e-demolido-em-mossoro#:~:text=Reda%C3%A7%C3%A3o&text=Um%20casar%C3%A3o%20constru%C3>

%ADdo%20na%20d%C3%A9cada,recomendou%20o%20tombamento%20do%20pr%C3%A9dio

Figura 2: Antigo cinema do Pax



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Quando projetos de desenvolvimento ignoram ou desconsideram os valores históricos e estéticos de edificações antigas, ocorre um desrespeito profundo por legados que, além de terem importância para a identidade local, muitas vezes servem como pilares de aprendizado e compreensão do passado. A falta de sensibilidade e planejamento adequado pode levar à perda irreversível de aspectos significativos que moldaram a história e a cultura de uma região.

Além disso, a ausência de diretrizes claras e a implementação deficiente de políticas públicas voltadas à preservação na cidade de Mossoró, frequentemente resultam em conflitos entre os interesses de desenvolvimento econômico e a necessidade de proteção do patrimônio. Para enfrentar esses desafios, é fundamental promover um diálogo contínuo entre urbanistas,

arquitetos, historiadores, e a comunidade, garantindo que as intervenções sejam realizadas de forma a respeitar e integrar o patrimônio histórico aos novos contextos urbanos. A educação e a conscientização sobre a importância da preservação histórica também desempenham um papel crucial em garantir que as futuras gerações possam desfrutar e aprender com a rica herança cultural que constitui a base da identidade de nossas cidades.

Partindo do contexto da crescente problemática da descaracterização do patrimônio edificado e da falta de iniciativas de preservação na cidade de Mossoró, este trabalho toma como análise mais isolada o prédio que atualmente funciona como sede da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), localizado no Centro da cidade. Como o palacete não possui um nome definido, será considerado a identificação “Palacete Antônio Florêncio” em referência ao seu primeiro dono, assunto que será melhor explanado no desenvolvimento do trabalho. Embora a edificação tenha sofrido intervenções que modificaram alguns elementos de sua fachada e também apresente patologias, ainda é possível reconhecer suas características enquanto exemplar da arquitetura eclética.

O Palacete está situado na Avenida Augusto Severo, uma das mais movimentadas da cidade, faz parte da rotina e da paisagem urbana de um número considerável de transeuntes, além disso, a escola Sagrado Coração de Maria se localiza logo a frente, portanto muitos jovens cresceram e irão crescer tendo esta edificação como referência afetiva. O palacete é, de fato, um elemento marcante para o contexto histórico da cidade, e da formação de uma identidade coletiva, tanto por sua localização como pelo seu contexto histórico, portanto a ação de conservação e preservação da edificação é importante para sua valorização, assim sua vida útil será prolongada, afim de que esta continue desempenhando seu papel social.

Figura 3: Secretaria Municipal da Fazenda de Mossoró (SEFAZ)



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Considerando que os termos preservação, conservação, intervenção e restauração dos bens serão sistematicamente abordados neste trabalho, faz-se necessário uma breve definição destas terminologias. O termo “preservação” em território nacional, sofre forte influência da tradição francesa, sendo compreendido como uma gama de ações aplicadas no bem patrimonial levando em conta inventários, registros, leis de tombamento, educação patrimonial e ações de intervenção mais concretas no empreendimento, como manutenção e restauração, para que seja possível a transmissão do mesmo de maneira efetiva ao futuro (Khul, 2018, p. 1).

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) emprega na portaria N° 110, de 07 de julho de 2023, capítulo I, seção I, caracteriza-se por intervenção:

[...] toda alteração de aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência do bem edificado tombado ou da área do entorno, tais como serviço de manutenção e

conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, restauração, ampliação, instalação, montagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade.

Por sua vez, o termo “conservação” se caracteriza pelo “conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem” (IPHAN, 2022, p. 02), entre estas ações estão: A manutenção regular dos bens; A documentação e registros históricos que podem ser estudados no futuro; O planejamento eficaz de intervenções; Ações de educação patrimonial; Entre outros.

Com relação ao termo “restauração”, diz respeito a um conjunto de “serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções” (IPHAN, 2010, p. 02).

Diante desta explanação, é válido salientar que, ao longo deste estudo, optamos por utilizar os termos “conservação” e “preservação” como sinônimos, referindo-se a toda e qualquer ação preventiva que vise a propagação de qualquer bem de valor patrimonial sendo a restauração considerada uma das formas de conservação.

Em sequência, falamos sobre o plano salvaguarda, que é uma estratégia de conservação do bem patrimonial que será utilizada no presente trabalho e, se caracteriza por ser um instrumento de gestão compartilhada para viabilização de ações de salvaguarda visando a sustentabilidade do bem cultural registrado, apresentando um planejamento programático de ações a serem executadas. (IPHAN, 2022 p. 16). Estas ações deverão garantir servir para resguardar o bem de riscos iminentes, aplicando estratégias futuras para garantir usos adequados. Dessa forma, o diagnóstico das patologias (elementos como fissuras, degradação por humidade, abatimentos, deformações, destacamento de argamassa, corrosão, entre outros) encontradas no bem patrimonial (IPHAN, 2005, p. 28) é de suma importância.

Considerando que a conservação de edificações históricas tem uma função primordial quando se trata de proteger o legado e a história local de uma região, ajudando a manter a compreensão dos indivíduos pelo seu próprio passado e auxiliando na construção de sociedades futuras, temos que o trabalho em questão tem como **objetivo geral** propor um plano de salvaguarda para a edificação contemplando a restauração das fachadas do Palacete Antônio Florêncio. Dito isto, são apontados os seguintes objetivos específicos: 1) **Compreender** as estratégias de salvaguarda e requalificação de edifícios históricos; 2) **Identificar** as ações de conservação e diretrizes mais adequadas para elaboração de um plano de salvaguarda; 3) **Promover** a valorização e vida útil do edifício por meio de intervenções coerentes;

Importante esclarecer que foram realizadas visitas ao local, porém, em respeito as diretrizes institucionais, não foi permitido o levantamento fotográfico da parte interior da edificação. Considerando que este é um processo importante para análise das patologias e das características que cercam o edifício, nesse trabalho será considerada a premissa de que, para intervir em um bem de forma efetiva e respeitosa é fundamental conhecê-lo a fundo. Assim, entre as proposições de salvaguarda, será proposto o restauro somente de suas fachadas.

A proposta se justifica pois, à medida em que se busca a conservação da edificação, preconiza-se sua valorização, preservando sua imagem e simbolismo, visando a ampliação do debate para maior reconhecimento da população.

Para o alcance dos objetivos, faz-se necessário: Compreender as circunstâncias que cercam a edificação, um importante passo para promover a conscientização da preservação do patrimônio histórico local, além de garantir que as intervenções futuras respeitem sua integridade e relevância cultura.

Afim de melhor compreender o papel social do plano de salvaguarda no contexto de conservação do patrimônio, torna-se necessário o estudo das teorias, bibliografias e autores relacionados ao tema, visando ter contato com uma ampla gama de conhecimentos e considerar o maior número possível de metodologias escritas, e assim, chegar a um conhecimento adequado e necessário para assistência das etapas seguintes do trabalho.

Torna-se necessário, também, a realização do levantamento físico do bem, para melhor compreensão e auxílio de decisões, assim como o levantamento histórico, realizado a partir de pesquisas documentos escritos, e estudos posteriores. Além disso, é imprescindível a concepção de um mapeamento de danos, por intermédio de visitas ao local, com a finalidade de caracterizar todos os prejuízos materiais e patologias empregadas no local, tornando possível apontar uma metodologia de restauro considerada mais adequada para os distúrbios documentados anteriormente.

Com as proposições feitas, o seguinte trabalho realizará um estudo de conceitos relacionados ao tema, tais como “memória e identidade”, e políticas de preservação do patrimônio cultural, relacionadas as diretrizes de um plano de salvaguarda. A partir disso, realizar-se-á um estudo de conceitos relevantes à temática do trabalho assim como o estudo de bibliografias que irão contribuir para o embasamento teórico. Em seguida, será feito uma análise de estudos correlacionados, afim de promover uma inspiração e uma proposição eficaz de diretrizes na formulação do plano de salvaguarda. Partindo deste estudo é pertinente elaborar o levantamento histórico da edificação que irá receber a proposta, falar sobre o contexto em que

está inserida, a partir de análises históricas e espaciais do contexto urbano de Mossoró, seguido pela construção do levantamento físico e do mapa de danos, tornando possível o melhor entendimento da situação em que a mesma se encontra e as dificuldades que serão enfrentadas a seguir. Somente a partir daí, será proposta uma metodologia de intervenção, sugerindo um plano salvaguarda para a edificação em conjunto com um plano de restauração de suas fachadas.

2 - METODOLOGIA

Este capítulo será responsável por abordar todos os procedimentos metodológicos que auxiliaram para as tomadas de decisões e objetivos da pesquisa em questão, tratando das fontes teóricas que irão embasar o projeto, assim como o recorte espacial revelando onde seria realizada a intervenção, explicando suas dimensões e coordenadas geográficas.

A pesquisa será regida por um caráter exploratório e qualitativo, que busca compreender os temas pertinentes fazendo uso de bibliografias e propor um plano salvaguarda a fim de promover a ampliação do debate no meio social e acadêmico sobre a importância da prática de conservação e preservação de monumentos históricos edificados no meio urbanístico, por meio da pesquisa e leitura de embasamentos teóricos prepostos e qualificados que abordam o tema em questão, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos necessários para elaboração do trabalho, assim como a utilização do método indutivo, por meio de análises de dados considerados mais práticos.

2.1 Fontes Teóricas Metodológicas

O embasamento teórico da pesquisa irá tomar o apoio os estudos realizados por Bruno Bulhões Barros (2021), acerca da memória e Identidade, relacionando o tema aos direcionamentos propostos pela Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), para que seja possível uma análise das diretrizes do IPHAN em relação ao Plano de Salvaguarda.

Outro trabalho referencial é a tese de doutorado da Professora Monique Vieira Lessa Olimpio (2020), traçando um panorama acerca do conceito do patrimônio histórico tomando como base os conceitos definidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Será também contemplado as menções da autora Beatriz Mugayar Kühl (2007) e suas

críticas e considerações no que diz respeito às teorias de restauro de autores como Cesare Brandi (2005).

Por fim serão estudadas as diretrizes expostas pelos autores Cecília Barthel (2009) e Jorge Tinoco (2009) para melhor compreensão do que é um mapa de danos, e de como elaborá-los corretamente, a fim de reconhecer a fundo todas as patologias presentes no local o que permitirá a escolha de uma abordagem mais efetiva.

Para a pesquisa histórica sobre o bem e sobre a cidade será analisado o “Inventário Urbano de Mossoró e o Estado de Conservação do Patrimônio Edificado na Cidade”, escrito pelo autor Joatan Jonas dos Santos Silva (2023), o texto de Bruno Felipe Barbosa de Paiva “Patrimônio Cultural Imaterial: Análise de sua Salvaguarda a partir da Legislação Mossoroense” (2021), além as considerações feitas por Câmara Cascudo no seu livro “Notas e Documentos para a História de Mossoró” (1955).

Para auxílio na elaboração do plano de salvaguarda será feito o estudo do Plano de Gestão e Restauro da autora Laura Lima de Souza (2016), denominado “Plano de Gestão e Restauro: Restauração da Igreja da Ordem de Terceira do Campo”.

2.2. Fontes Empíricas Metodológicas

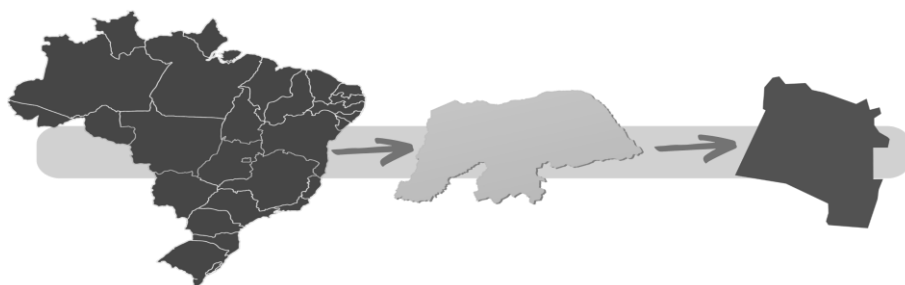
Faz-se necessário uma pesquisa de campo a fim de realizar de forma efetiva o levantamento físico do terreno e do empreendimento estudado neste trabalho e com isso, fornecer o embasamento prático necessário para o exercício teórico. Além disso será realizado um levantamento fotográfico das fachadas, com o objetivo de deixar registrado a estilística do local assim como as patologias presentes para demonstração nos capítulos seguintes. Será realizado também o registro fotográfico do entorno. Também serão elaborados mapas do entorno como os mapas de cheios e vazios, uso e ocupação do solo, assim como o mapeamento das edificações históricas circundantes por meio das ferramentas AutoCAD (2024), Google Earth (2024) e Adobe Illustrator com o intuito de oferecer dados mais precisos sendo estes de extrema importância para o projeto.

2.3. Recorte Espacial

A edificação escolhida para a realização da intervenção projetual se trata do prédio que hoje funciona a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da cidade de Mossoró, RN, localizada a cerca de

280km da capital do estado, Natal, tratando mais especificamente de suas coordenadas geográficas, temos que a latitude: 5°11'16,8" ao Sul e a longitude: 37°20'38,4" ao Oeste, possuindo uma área total de 2.099,334km² e uma população, segundo o IBGE (2022) de 264.577 habitantes, portanto sua densidade demográfica é de 126,06 habitantes por quilometro quadrado. O prédio se encontra localizado na Avenida Alberto Maranhão no bairro Centro da cidade de Mossoró, situada no estado do Rio Grande do Norte.

Figura 4: Recorte Espacial



Fonte: Acervo pessoal (2023)

O empreendimento se localiza em um local bastante movimentado do município, levando em conta por estar em um bairro central, e também por estar disposto nas proximidades do Colégio Sagrado Coração de Maria, fato que acarreta um grande fluxo de veículos e pedestres, além disso se localiza também próximo ao local o Teatro Municipal Dix-Huit Rosado. Futuramente, no terceiro capítulo, será realizada uma análise do entorno a partir da confecção de mapas urbanos procurando melhor identificar o contexto do seu entorno.

O terreno que será estudado para integração com o palacete se localiza no encontro da Avenida Augusto Severo com a Avenida Rio Branco, disposto logo atrás da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ) e possui aproximadamente 1400m².

Figura 5: Imagem Aérea do Palacete



Fonte: Adaptado do GoogleEarth Pro (2024)

Será também realizado um aprofundamento sobre o próprio município, abrangendo temáticas arquitetônicas e urbanísticas aplicadas pelo plano diretor da cidade e normativas relacionadas, determinando as diretrizes projetuais que deverão ser seguidas e respeitadas, fazendo com que o projeto atenda todas as normativas necessárias.

2.4. Levantamento Urbanístico

É correto afirmar que uma análise do contexto histórico urbano de qualidade é necessária para estudo do entorno em que a edificação está inserida, com isso, foi estabelecido um raio de duzentos metros (200m) de distância do ponto central, a fim de obter todas as informações possíveis sobre quais são edificações históricas existentes nas proximidades, assim como a identificação do contexto cultural da região. Após delimitada a área de estudo, será usado o software Google Earth Pro versão 2024 para obtenção das imagens aéreas e com isso fazer a vetorização do local para elaboração nos mapas mais pertinentes. Os mapas elaborados serão os mapas das edificações de valor histórico e cultural, e de uso e ocupação do solo.

Figura 6: Área do Estudo



Fonte: Adaptado do Google Earth Pro (2024)

3 - MEMÓRIA, IDENTIDADE E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL

Este trabalho parte da premissa que os monumentos históricos são representantes da história de um povo ou comunidade, criando um diálogo temporal e comunicando sua identidade e memória coletiva. Com isso fez-se necessário ampliar os debates sobre memória, identidade e preservação, compreendendo como os bens materiais são responsáveis por preservar toda uma cultura e costumes de um povo, e por demarcar e reafirmar momentos únicos em nossa cronologia.

Atualmente pode-se dizer que pouco se fala sobre o conceito de memória e de seu papel no contexto urbanístico e arquitetônico, temos que a mesma é fundamental para o reconhecimento de uma cultura e molde de uma identidade social, e é responsável por transformar a vivência de um civil em meio aos centros urbanos através de experiências

transmitidas ao longo do tempo provocando conexões emocionais que unem uma identificação coletiva.

Segundo Halbwachs (1992), memória se trata de vivências pessoais as quais o indivíduo obtém por meio do que elas recordam, reconhecem e localizam em suas lembranças. Sendo assim, o meio social em que o cidadão estiver inserido é capaz de fazê-lo restituir e reviver tais lembranças a partir de uma adaptação da maneira de se pensar, através de uma memória coletiva a qual irá evocar tais lembranças mencionadas anteriormente (Halbwachs, 1992 *Apud* Barros, 2021, p. 15). A partir destes conceitos, Pierre Nora (1989) afirma que:

Há tantas memórias como existem grupos, a memória é por natureza múltipla e específica, coletiva, plural, e ainda assim individual, a memória é tudo que identifica uma pessoa ou lugar, podendo ser ela ser escrita, falada ou documentada, podendo ser ela uma identificação de um país (Nora, 2014, p. 21 *Apud* Barros, 2021, p. 15).

Desta forma, a memória é responsável por criar um ponto de identificação social através de vivências individuais e coletivas, fazendo com que as lembranças unam uma comunidade por meio de uma memória coletiva ocasionadora do surgimento de uma identidade local favorecendo a sensação de pertencimento de um povo àquele lugar, frequentemente tornando praças, monumentos ou edifícios históricos, locais emblemáticos para uma população, sendo estes até pontos de encontros onde as pessoas possam se reunir e fortalecer os laços da comunidade.

O antropólogo Munanga (2012, p. 44) defende que existem três fatores necessários para o surgimento de uma identidade, estes são: o fator histórico, relacionado com a problemática da memória; o fator linguístico, que estaria dentro dos códigos culturais; e o fator psicológico, responsável pela tomada da consciência. Desta forma, entende-se que a formação da identidade está intimamente ligada a uma memória individual e coletiva.

O conceito da identidade tem relação direta com a história da humanidade, uma vez que essa perspectiva da memória que gera uma identidade acaba por criar uma sensação de pertencimento daquele local por uma comunidade. Nesse contexto, a preservação de edificações históricas exerce uma função de extrema relevância na construção social de uma população, tendo em vista que na arquitetura o novo e o antigo se relacionam de maneira distintas baseando-se na sua temporalidade, testemunhando práticas, hábitos e remetendo a momentos históricos importantes da formação de uma sociedade.

Estes bens fazem parte do cotidiano dos usuários do ambiente urbano, sendo muitas vezes locais de encontro e lazer fazendo com que o indivíduo passe a fazer parte desta história e valorize este legado contado pelo monumento, fornecendo um diálogo crítico entre os tempos.

Contudo, apesar do interesse para a preservação dos monumentos históricos ter, ao longo dos anos, se expandido, ainda se percebe a necessidade de ampliar ações que promovam um efetivo aumento de sua prática, fazendo com que a população perceba que os bens pertencem a eles próprios, pois se trata da sua própria história e vivência, permitindo com que seu legado seja perpetuado entre as gerações.

Para isto, o IPHAN elaborou a **Política de Patrimônio Cultural Material**, documento que visa a manutenção e a imortalização da vida útil do patrimônio material, de forma a qualificar, ampliar e integrar as ações e atividades de preservação do patrimônio cultural material. As ações relacionadas a esta ferramenta deverão seguir alguns princípios, segundo o Art. 2º (PPCM, p. 31), dentre eles, destaca-se aqui os seguintes:

III. Princípio da Ressignificação. Constantemente novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado;

VIII. Princípio do Desenvolvimento Sustentável. A geração atual deve ser capaz de suprir suas necessidades, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações;

X. Princípio do Direito à Cidade. Todos têm o direito a um ambiente urbano que garanta o usufruto da infraestrutura, dos serviços, equipamentos e espaços públicos e comunitários da cidade de forma equânime e inclusiva;

XI. Princípio do Acesso Equitativo. Todos têm direito de utilizar, de forma equilibrada, os bens culturais materiais patrimonializados e os recursos do meio ambiente.

XII. Princípio da Precaução. Não se deve intervir em um bem cultural material patrimonializado antes de demonstrar que a ação não será adversa ao bem;

XIII. Princípio da Prevenção. Deve ser garantido o caráter prévio e sistemático da apreciação, acompanhamento e avaliação das obras ou intervenções e atos suscetíveis de afetar os bens culturais.

XIV. Princípio da Reparação. Todo dano sofrido por um bem cultural material patrimonializado, sempre que possível, deverá ser reparado.

XV. Princípio do Respeito às Diversidades locais e regionais. O reconhecimento e a consideração da diversidade geográfica, socioeconômica e cultural são a base de uma política justa e equânime.

XVIII. Princípio do Direito ao Controle Social. O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM. (PPCM, p. 31-32).

Estes princípios, de maneira conjunta, formam a essência de uma preservação inclusiva e sustentável, promovendo ativamente a integração com a comunidade neste processo, afim de

garantir uma preservação patrimonial efetiva e respeitosa, considerando suas dimensões materiais e imateriais.

Portanto, propõe-se neste trabalho um plano de salvaguarda para as fachadas do Palacete Antônio Florêncio, entendendo este instrumento como um dos processos necessários na afirmação dessa memória e identidade coletiva.

3.1. A Construção de uma Política de Preservação

A **Política de Patrimônio Cultural Material** promove sua construção a partir dos princípios supracitados, que devem embasar processos como educação patrimonial, o reconhecimento do bem, normatização, monitoramento, sustentabilidade, entre outros, que servem de guias para elaboração do produto final do trabalho. A PPCM traz como definição acerca desses temas:

§ 1º. A Educação Patrimonial, em função do seu caráter transversal, deve contribuir para a construção participativa dos demais processos de preservação do patrimônio cultural material;

§ 2º. Os processos de Identificação, Conhecimento e Proteção correspondem a formas de Patrimonialização de um bem cultural material;

§ 3º. Os processos de Normatização, Autorização, Avaliação de Impacto, Fiscalização, Monitoramento e Conservação, a formas de Vigilância do patrimônio cultural material; e

§ 4º. Os processos de Interpretação, Promoção e Difusão correspondem a formas de Interação com o patrimônio cultural material; (PPCM, p. 33-34)

A integração destes pontos, na criação de um plano de salvaguarda proporciona o devido reconhecimento, proteção, monitoramento e integração do patrimônio edificado, ou seja, esta abordagem assegura que o patrimônio possa ser visto como parte viva da identidade cultural local, além de respeitar uma característica diversa desta identidade a partir do seu reconhecimento, garantindo a eficácia e sustentabilidade do Plano.

Outro ponto relevante que a PPCM traz, são suas premissas de preservação:

I. As ações e atividades relacionadas com a preservação do patrimônio cultural material devem compreender e considerar o presente;

II. As ações e atividades devem considerar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural;

III. As ações e atividades devem partir da leitura do território e da compreensão das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais ali existentes;

IV. As ações e atividades devem buscar promover a articulação institucional com diferentes níveis de governo e sociedade;

V. As ações e atividades devem buscar estimular o fortalecimento de grupos sociais para preservação do seu próprio patrimônio cultural e material; e

VI. As ações e atividades devem buscar articular com os entes federados e demais órgãos e entidades componentes do Estado Brasileiro, na construção de instrumentos de compartilhamento e de delimitação de atribuições relativas à preservação dos bens protegidos. (PPCM, p. 32)

A partir disso, conclui-se que esta ferramenta promove uma construção sólida no que diz respeito à preservação patrimonial, viabilizando a participação diversa e direta da comunidade e do governo. As premissas desse elemento enxergam o patrimônio como um elemento dinâmico que interage com o presente, a partir da visão de sua importância no ambiente contemporâneo, permitindo com que este permaneça a contribuir socialmente com sua identidade em constante transformação. Assim, a PPCM fornece uma estrutura normativa que motiva a valorização e proteção do patrimônio cultural material, tornando-se um recurso indispensável na construção de um plano de salvaguarda.

3.2. Considerações acerca do Plano de Salvaguarda

A Política do Patrimônio Cultural Material estabelece ações que visam assegurar a integridade do bem e preservar sua existência contínua, portanto está ligado à salvaguarda destes bens. A partir do caráter proposto do trabalho, é relevante abordar o que é um plano de salvaguarda e quais são suas ferramentas de conservação, afim de possibilitar a criação de um plano viável ao patrimônio edificado. Assim, será aqui explanado a importância desta ferramenta e como esta possibilitará a salvaguarda do Palacete Antônio Florêncio.

Segundo o órgão IPHAN (2022, p. 16) o Plano de Salvaguarda é uma ferramenta, que envolve a colaboração de diferentes órgãos sociais, como instituições culturais e governamentais, além da participação do próprio povo, que fomenta ações que assegurem a proteção e sustentabilidade do patrimônio cultural, ou seja, tradições, práticas, eventos, edificações e outros elementos que possuam um valor histórico e cultural.

O “Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda” publicado pelo IPHAN no ano de 2022, um documento voltado para salvaguarda do patrimônio imaterial, possui uma metodologia que pode também ser aplicada na salvaguarda do patrimônio material, se relacionando diretamente com a PPCM. Nele ocorre uma série de definições conceituais e práticas sobre como se construir um plano de salvaguarda, onde o órgão conclui que o mesmo

deve possuir uma natureza dinâmica que, ou seja, deverão ser analisadas as particularidades de cada bem e local que irá receber a intervenção, pois não é um documento estático, e sim um documento passível de evolução e adaptação ao longo do tempo e de acordo com cada realidade (IPHAN, 2022, p. 59).

Partindo deste preceito, será adotado as orientações propostas no “Manual de Conservação Preventiva para Edificações”, também do IPHAN. No manual ocorre uma série de abordagens técnicas a respeito de como se deve intervir no patrimônio edificado, possibilitando o reconhecimento do bem, explorando temas partindo do contexto histórico até o método construtivo, promovendo a prevenção e manutenção dos bens.

No documento é sugerido que primeiramente ocorra o reconhecimento do contexto histórico e físico da edificação, e, em seguida o reconhecimento das patologias presentes, o que poderá ser realizado a partir do mapeamento de danos. Somente com a devida caracterização destes elementos será possível propor as maneiras mais adequadas para se intervir, buscando prolongar a vida útil do imóvel.

Portando, destaca-se a importância do reconhecimento prévio em etapas do Palacete Antônio Florêncio, partindo do seu contexto histórico e espacial, assim como a análise minuciosa das características presentes nas fachadas. Concluindo que para se intervir é necessário o minucioso reconhecimento do bem. Levando em conta a proibição do acesso ao interior do palacete, as ações irão se ater somente às fachadas. É claro também, a relevância do diagnóstico das patologias e a elaboração do mapa de danos, para então definir as diretrizes de manutenção do monumento, concluindo assim, o plano de salvaguarda.

Para dar início às aplicações das diretrizes que serão propostas, é importante o início do processo de tombamento do bem e a inscrição do mesmo em um dos livros de registro do IPHAN (IPHAN, 2000, p. 01). Conforme o decreto 3551 – 08/2000, o plano de salvaguarda deve ser previsto de forma que seja implementado completamente ao longo de dez anos, após isso, é esperado que seja alcançada uma autonomia e sustentabilidade da salvaguarda de médio a longo prazo (IPHAN, 2000, p. 02).

Portanto, como forma do plano de gestão, deverão ser implementadas estratégias como um cronograma de vistorias de manutenção através de uma equipe bem formulada e capacitada, além de ações de educação patrimonial e formas de integração com a comunidade circundante. Tais diretrizes deverão ser amparados por leis municipais que garantam sua sustentabilidade.

3.3. Abrangendo Conceitos Relacionados

Primeiramente são abordadas diretrizes e conceitos trazidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, acerca do papel social do plano de salvaguarda e suas características. Em seguida, é destrinchado alguns estudos pertinentes no que diz respeito à memória e identidade, afim de tornar o plano de salvaguarda mais inclusivo, de forma que irá promover uma melhor integração entre a comunidade e o patrimônio edificado.

Por fim, serão estudadas terminologias que estão interligadas com a temática, entre estas estão: **integridade; autenticidade; distinguibilidade; reversibilidade**. A conceituação destes termos, a partir dos estudos realizados pela Professora Doutora Monique Lessa Vieira Olimpio “Formação do Arquiteto e Urbanista para a Preservação de Áreas e Edifícios de Valor Patrimonial: Diálogos entre a Teoria e o Exercício Projetual” (2020), entre outras bibliografias, como a Carta de Veneza (1964). Estando claras estas definições, será abordado o artigo “Cesare Bransi e a Teoria da Restauração” de Beatriz Mugayar Kühl (2017), afim de melhor se aprofundar sobre as diretrizes e Cesari Brandi, já que estas serão aplicadas na elaboração do plano de restauração das fachadas e no plano de salvaguarda do Palacete.

Neste momento do trabalho serão explorados conceitos que estão intrinsecamente ligados ao tema do trabalho, analisando terminologias como **integridade, autenticidade, distinguibilidade e reversibilidade**, princípios que devem ser respeitados no processo projetual. Faremos uma análise das considerações feitas pela autora Natália Miranda Vieira (2008) no seu artigo “Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas”.

A mesma inicialmente aborda o termo **autenticidade**, caráter presente na fala do teórico John Ruskin, que defende manter esta característica no ato de preservação de monumentos com valor histórico mantendo sua conformidade primordial (Vieira, 2008, p. 3). Ela traz que:

O “teste de autenticidade” [...] possuía, inicialmente, quatro parâmetros fundamentais: a forma ou desenho, o material, a habilidade do artífice e as características de implantação e organização de determinado sítio. Tais parâmetros se referem basicamente ao patrimônio tangível e material. Após passar por uma recente revisão na publicação de 2005, o teste passa a incluir [...] os seguintes novos parâmetros: tradições, técnicas, língua e outras formas de patrimônio intangível. (Vieira, 2008, pg. 5)

Segundo os preceitos tangidos pela arquiteta, o fenômeno da autenticidade é algo que se refere às características originais de cada obra, estas que comunicam sua história, assim como sua função primordial tornando possível o reconhecimento de seu valor cultural, podendo

abranger o conteúdo físico a partir de características formais, materialidade, marcas da personalidade do autor, espacialidade, entre outros, assim como a imaterialidade, acatando a linguagem, a forma de se construir determinado produto, tradições, culturas e outras definições.

Avançando para a definição de **Integridade**, outro conceito importante para identificação patrimonial que, como a própria autora menciona, “está necessariamente relacionada às qualidades que são valorizadas em determinado ambiente.” Portanto, está profundamente relacionada ao estado de conservação que determinada obra se encontra. (Vieira, 2008, p. 6)

A autora destaca que integridade está intrinsecamente ligada às qualidades valorizadas em um determinado ambiente, sendo, portanto, um conceito subjetivo, que varia de acordo com as características específicas de cada lugar. Nesse contexto, a integridade está fortemente relacionada ao estado de conservação de uma obra. Isso significa que a preservação das características originais e das qualidades apreciadas em um ambiente é crucial para manter a integridade do patrimônio. A noção de integridade vai além da mera preservação física; ela engloba a manutenção das características culturais, estéticas e históricas que conferem identidade e valor ao bem patrimonial. Portanto, ao considerar a integridade como um componente essencial na identificação patrimonial, é fundamental levar em conta não apenas a condição física da obra, mas também o contexto cultural e histórico que a envolve. A preservação da integridade contribui para a salvaguarda do patrimônio, assegurando que as qualidades distintivas que o tornam valioso sejam mantidas ao longo do tempo.

Ao que diz respeito ao princípio da **distinguibilidade** podemos considerar que é um tema bastante discutido ao longo dos anos, que, em resumo, se refere justamente a distinguir as estratégias de conservação aplicadas no bem patrimonial, respeitando a carga histórica carregada pela obra de arte, afim de facilitar sua identificação, que segundo Olimpio (2020), a aplicação deste princípio em um projeto de conservação respeita diretamente a **autenticidade** do mesmo, ela se baseia na fala da Carta de Veneza o qual expressa que:

Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história (ICOMOS, 1964, p.03).

Podemos relacionar a **distinguibilidade** com a Carta de Veneza (1964, p. 02) a qual reporta que “A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos, fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos”, ou seja, deve-se respeitar a identidade da obra quanto se aplica uma intervenção contemporânea.

Já quando falamos de **reversibilidade** temos que as ações de restauro devem “prever a possibilidade de futuras intervenções no momento, com possibilidade de correções ou modificações, sem prejudicar o bem arquitetônico” (Olimpio, 2020, p. 98), ou seja, os profissionais de arquitetura e urbanismo devem prever formas de aplicação do projeto de intervenção que interfiram minimamente o prédio antigo e que sejam de fácil remoção e trabalhabilidade considerando intervenções futuras. O trecho destaca que a reversibilidade se refere à capacidade de planejar e executar intervenções de restauração de forma que, no futuro, seja possível realizar outras intervenções, correções ou modificações, se necessário, sem causar danos significativos ao bem arquitetônico.

Em outras palavras, ao adotar o princípio da reversibilidade, as ações de restauro são concebidas de maneira a serem maleáveis e adaptáveis ao longo do tempo. Isso implica pensar não apenas nas necessidades imediatas de preservação, mas também considerar a possibilidade de mudanças nas circunstâncias ou na compreensão do patrimônio arquitetônico no futuro. Dessa forma, o objetivo é garantir que as intervenções atuais não comprometam irreversivelmente as características originais do bem, permitindo ajustes ou melhorias sem prejuízo significativo à sua integridade. Isso reflete uma abordagem cautelosa e prospectiva para a preservação do patrimônio arquitetônico, visando sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Tendo claro a definição destes princípios, os quais deverão ser contemplados no plano de salvaguarda, seguimos para discussão sobre os temas de conservação e restauração, conceituando-os para que o momento prático esteja bem embasado, pois estes conceitos caracterizam as intervenções que serão sugeridas futuramente.

3.4. Conservação e Restauração

Em relação à teoria da restauração, Beatriz Kuhl relata que são pelo menos dois séculos e meio de estudos voltados à temática, portanto, a matéria “possui [...] referenciais teóricos-metodológicos e instrumentos técnicos operacionais que lhe são próprios”, levando em conta que existem princípios fundamentais para sua realização (Kuhl, 2010, p. 11), alguns deles já discutidos no tópico anterior. É certo que existem muitos estudos relacionados ao restauro, porém neste trabalho iremos usar como base os estudos formulados por Cesare Brandi, além de algumas ideias difundidas pela Carta de Veneza. Em justificativa temos que estes promovem uma fundamentação teórica atemporal, que enriquecem o diálogo entre patrimônio e sociedade,

que mantém princípios respeitosos (distinguilidade, autenticidade, mínima intervenção, entre outros) que garantem a sustentabilidade do bem.

Nesse sentido, primeiramente faremos uma análise do artigo publicado por Kuhl, intitulado “Cesare Brandi e a Teoria da Restauração” publicado em 2007, onde a autora discorre sobre a importância da teoria proposta por Brandi, contribuindo para uma melhor absorção das ideias promovidas pelo estudioso, que serão o nosso enfoque. Kuhl reafirma a importância do autor para fundamentação científica do âmbito da restauração:

Cesare Brandi (1906-1988) deu passos primordiais para consolidação do restauro como campo disciplinar, por meio da unidade metodológica e conceitual, buscando filiá-lo ao pensamento crítico e às ciências e contrapondo-o ao empirismo pedestre que prevalecera até então. Essas tentativas contam com uma larga genealogia, mas nunca antes uma formulação teórica perfeitamente articulada com sua aplicação prática atingira tal consistência (Kuhl, 2007, p. 02).

Com isto, evidencia-se que suas contribuições teóricas e práticas serviram como norte para a construção da disciplina, Brandi buscou estabelecer a união das abordagens metodológicas e conceitos já existentes porém ainda muito inconsistentes. O mesmo defendia que a restauração não deveria se limitar aos aspectos documentais da obra, especialmente durante o século 20, após as destruições causadas pela Segunda Guerra Mundial, que fez necessário a aplicação e aprofundamento dos estudos acerca da restauração, onde seria necessário a compreensão mais aprofundada das obras afetadas e o devido conhecimento de suas complexidades (Kuhl, 2007, p. 02-03).

Brandi propôs uma abordagem que considera a análise detalhada da obra no lugar de aplicar intervenções genéricas, para ele, a relação entre estética e a história do bem igualmente importante, deixando claro que as obras de arte não podem ser entendidas fora do seu contexto histórico, evidenciando que a restauração é uma ação multidisciplinar que envolve diversos profissionais (Kuhl, 2007, p. 02-03).

As contribuições do autor, demonstraram uma movimentação significativa na forma como a restauração começou a ser percebida e praticada, assim, com a necessidade do conhecimento adequado para poder se intervir, conclui-se que o restauro passou a ser visto como um ato respeitoso as diversas etapas projetuais, preservando a autenticidade e integridade do bem. Reconhecendo a importância dos estudos do autor, faz-se necessário uma abordagem de suas diretrizes.

Como definição de restauração, Brandi traz que este se caracteriza como “o momento metodológico de reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (Brandi, 2004, p. 30),

ou seja, Brandi enfatiza que a restauração é um processo que exige uma metodologia minuciosa onde o “reconhecimento” do bem está como uma análise aprofundada da obra permitindo estabelecer seu real estado de conservação e, de forma unificada, suas características históricas e físicas, como materiais e técnicas construtivas, afirmando que esta compreensão é crucial para o sucesso da intervenção permitindo que a obra seja reconhecida por gerações futuras, concluindo que este é o real papel da restauração, essa abordagem servirá como princípio guia do trabalho, justificando as intervenções somente nas fachadas da edificação.

Podemos também, relacionar a teoria brandiana ao princípio da distinguibilidade, conceituado no capítulo anterior, através da seguinte fala “a restauração deve visar o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (Brandi, 2004, p. 33), a fala está ligada ao princípio quando o autor expressa que deve-se respeitar a integridade do objeto, de forma que a passagem do tempo por ele fique clara, respeitando as evidências das transformações vivenciadas ao longo dos anos, como desgastes ou possíveis alterações, estabelecendo a ideia de que cada obra possui uma essência que deve ser preservada, destacando a importância de sua autenticidade no momento em que critica a criação de um “falso histórico” o que acabaria por ignorar ou distorcer o seu contexto original, portando toda nova intervenção deve se manter clara visualmente.

A partir das reflexões de Beatriz Kuhl sobre as obras de Brandi, é certo que a restauração implica em um ato crítico e técnico que propõe um compromisso com a memória e a autenticidade. Assim, sua abordagem nos permite garantir a integridade das obras, por meio de uma interdisciplinaridade que respeita a matéria e o contexto histórico. Dessa forma, a aplicação da metodologia brandiana como diretriz para o trabalho reforça a importância de uma metodologia rigorosa e consciente que integre as particularidades do bem.

Seguindo estas diretrizes, serão analisados alguns pontos da Carta de Veneza, documento relevante no âmbito da restauração, o qual Kuhl afirma conter “uma série de princípios guia, ou diretrizes, o que é algo muito diferente de regras e de um receituário para sua aplicação.” (Kuhl, 2018, p. 04), isso significa dizer que a carta é um conjunto de diretrizes flexíveis para orientação no processo projetual, porém ainda é necessário a interpretação e adaptação ao contexto que será realizada a intervenção.

Isto pode ser evidenciado na própria carta através da seguinte passagem:

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano

internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições (ICOMOS, 1964, p. 01).

Além disso, destaca-se a definição do que é o patrimônio histórico disposto pela própria carta, que irá ajudar a conduzir a elaboração do trabalho:

A noção do patrimônio histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como um sítio urbano ou rural de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (ICOMOS, 1964, p. 01-02)

Nesta passagem compreende-se que será necessário o conhecimento do histórico do bem, afim de entender sua importância no contexto cultural em que está inserido, e o valor que foi adquirido por ele ao longo do tempo, valorizando seu papel na formação da memória coletiva de Mossoró e seu significado para as futuras gerações.

Entre sugestões de como se deve intervir no bem, destaca-se o Artigo 8º e o Artigo 9º, explanando que:

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida a única capaz de assegurar sua conservação.

Artigo 9º - A restauração é uma ação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas descartar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento. (ICOMOS, 1964, p. 02)

As passagens podem ser diretamente relacionadas ao princípio da distinguibilidade, discutido anteriormente, visto que o ideal seria manter as características originais do bem, buscando preservar sua identidade, a não ser que seja extremamente necessário, tornando indispensável o aprofundamento do conhecimento das patologias que o monumento enfrenta. Ademais, os trechos reforçam o respeito pela autenticidade, onde toda nova intervenção deve ser vista como tal, mantendo a identidade original dos elementos preexistentes, preservando assim não somente a matéria, mas também o seu valor cultural.

Portanto, aplicando estas orientações no decorrer do trabalho, será assegurada a preservação física do monumento, assim como o seu reconhecimento cultural na cidade de Mossoró. Mantendo um compromisso com uma metodologia consistente, que permitirá a realização de intervenções respeitadas, garantindo que a história seja repassada ao futuro.

4 - SOBRE O BEM A SER PRESERVADO

A partir deste momento é exposto a caracterização do cenário em que o empreendimento está inserido analisando o contexto histórico e cultural da cidade de Mossoró-RN, após isto será realizado o levantamento histórico da edificação, por fim será realizado o levantamento físico e descritivo do local.

4.1. Comentários acerca da Formação Histórica, Urbanística e Cultural de Mossoró/RN

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023), a cidade de Mossoró/RN está localizada a 280km de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, tratando mais especificamente de suas coordenadas geográficas, temos que a latitude: 5°11'16,8" ao Sul e a longitude: 37°20'38,4" ao Oeste e dispõe uma população de 264.577 habitantes. Sua densidade demográfica é de 126,03 hab/km², e possui uma área de 2.099.334km², se tornando a maior do estado em território e a segunda maior cidade em economia, desenvolvimento econômico e social, ficando atrás somente da capital.

Sabe-se que, originalmente, a região de formação do município era ocupada por povos nativos indígenas da tribo Cariri Monxorós, a região sofreu inúmeras tentativas de apropriação pelos portugueses em meio aos anos 1701 e 1760, que resultou na expulsão dos nativos desempossados pela população branca (Silva, 2023, p. 28).

No período colonial, as cidades próximas aos litorais tinham sua formação fortemente ligada à produção da cana-de-açúcar, diferentemente das regiões interioranas, tangidas pelos chamados “caminhos de gado”, considerados a matriz do sistema urbano potiguar (Pinheiro, 2006, p. 30), que nada mais eram, do que caminhos que interligavam determinadas localidades, a partir delas, os indivíduos tangiam o gado estabelecendo fazendas, as quais posteriormente dariam origem a um município, com o assentamento de uma padroeira (Pinheiro, 2006, p. 27-31), no caso de Mossoró, foi estabelecida a Capela de Santa Luzia, padroeira da cidade, desenvolvendo-se à ribeira do Rio Mossoró nas proximidades onde hoje está instalada a Catedral de Santa Luzia (Silva, 2023, p. 27).

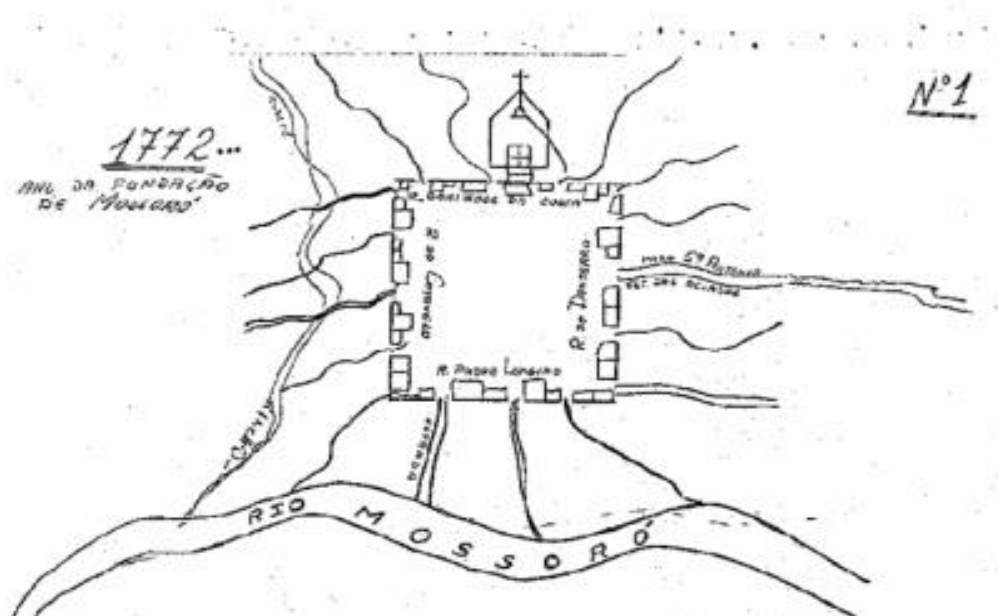
Com a capela se consolidou o início do desenvolvimento urbano de Mossoró, cidade de fazendeiros, que se firmaram no local, promovendo o desenvolvimento do comércio, formando

a vida cotidiana da região, Cascudo (2001, p. 36) demonstra essa formação urbana e do cotidiano em seu livro através da passagem:

Os pereiros de verde intenso e obstinado alegravam a visão do povoado que uma mata de cedros sombreava. Esta maninha de cedros chamados “turcos” por uma confusa alusão do Líbano, constituiu pouso das primeiras feiras incipientes e “rancho” natural para os viajantes frequentes e ocasionais. Viviam em 1870, robustos e ornamentais à margem esquerda do Mossoró, ponto de venda de algodão, delícia dos tabuleiros de doces, sombra macia escondendo a violência da reverberação solar, abrigando a conversa miúda dos miúdos acontecimentos locais. Na praça da capela erguia sua copa redonda e frondosa o velho umarizeiro secular onde os cargueiros de sal e os tangerinos de cereais permutavam os produtos. (Cascudo, 2001, p.36).

A descrição trazida por Cascudo demonstra como a vida no município se manifestava no local em que hoje se enquadra o centro da cidade, caracterizando a formação urbana sertaneja ao longo dos rios locais, baseadas em uma cultura religiosa onde uma igreja é o ponto central de sua formação. Segundo Pinheiro (2006, p. 30), na época, a economia de Mossoró se consolidou através da criação de “currais” de gado, que fortaleciam o comércio da cana-de-açúcar, assim como outras cidades do Rio Grande do Norte.

Figura 7: Croqui do Mapa da Cidade em 1772

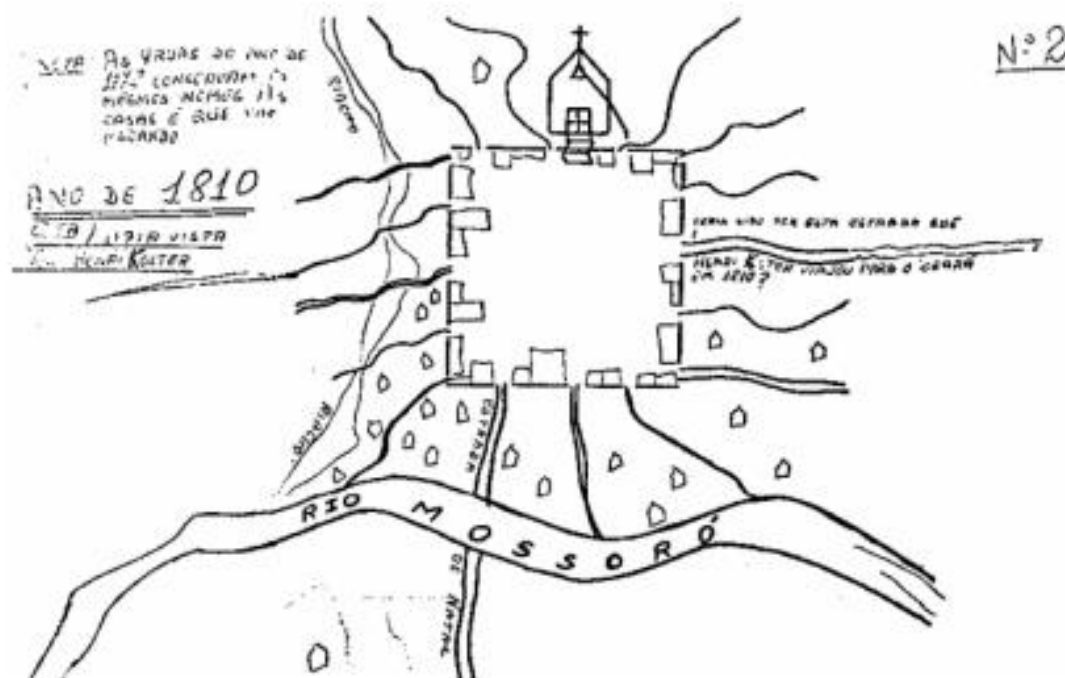


Fonte: Silva (1983), *Apud* Pinheiro (2006)

Por estar localizada nas proximidades do Rio Mossoró, local considerado estratégico ao comércio, a região se tornou local de passagem rotineira de comerciantes, o que acabou por impulsionar a economia do município (Silva, 2023, p. 28-29). Tal fato proporcionou, por mais que lentamente, o constante crescimento populacional, elevando o local à titularidade de vila,

em 1842, e, posteriormente, de cidade, o que possibilitou sua autonomia religiosa, elevando a Capela de Santa Luzia à Matriz (Cascudo, 2001).

Figura 8: Croqui do Mapa da Cidade em 1810



Fonte: Silva (1983) *Apud* Pinheiro (2006)

Posteriormente a isto, com as mudanças de meio de posse do solo no século XIX, Mossoró precisou delimitar seus limites territoriais, ocasionando o surgimento do seu primeiro Código de Posturas da Vila em 1855 (Cascudo, 2001, p. 161), o que demonstra a evolução das legislações e formação urbana da vila através da normatização da limpeza urbana, construção civil, comércio e cultura.

O crescimento econômico fundado na criação do gado e na agricultura (Silva, 2023, p. 31 *Apud* Rocha, 2005) impulsionou fortemente o desenvolvimento urbano, fomentando a preocupação com a estética da cidade, como as vias e os prédios públicos. Outro fator que impulsionou essa evolução foi o porto da cidade, que trazia navios de outras regiões o que reforçou o comércio local de tal forma que a região ampliava rapidamente o seu contexto urbano entre os anos de 1860 e 1870 vindo a receber o título de cidade (Silva, 2023, p. 31-33).

1861-1870

ERA DE DESENVOLVIMENTO

CACHO DO CACHOEIRO

ALIN. DOS MANGUEIROS

CEMITERIO

CASA DA SANTA

TERREIRO DO AGU DO PÃO-DOCE

N-3

CORT. PARA A PISTA DE S. ANTONIO

PAREDE

TERREIRO DA MANGUEIRA

LUGAR DO ENFERMEIRO

BARRAÇAS

RIO MOSSORO

Assim, Mossoró passou a conquistar cada vez sua independência, evoluindo constantemente sua economia e cultura por meio do seu desenvolvimento urbano e localização privilegiada às margens do Rio Mossoró e nas proximidades do estado do Ceará, Cascudo evidencia esse desenvolvimento na seguinte passagem:

Em suma, ao longo dos séculos, Mossoró transparece um complexo processo de formação urbana, econômica e social. Uma terra originalmente ocupada por povos indígenas, sofreu investidas portuguesas e acabou por se tornar um polo comercial e urbano, se destacando pela sua geografia e localização privilegiada como local de passagem para comerciantes de regiões diversas, o que impulsionou sua economia aliado à agropecuária, firmando a região como um exemplo de resiliência e adaptação. A formação de Mossoró se deu por meio de uma centralidade religiosa, fomentando a identidade cultural do lugar, que perdura até os dias atuais,

além de caracterizar sua formação urbana já que os moradores se estabeleciam ao redor da capela principal formando o centro da cidade, esta característica é celebrada através da Festa de Santa Luzia, festa que remete a esta formação inicial.

Visto a temática do trabalho, é imprescindível um estudo do contexto cultural em que o bem está inserido, portanto neste capítulo será explorada esta parte da identidade do povo mossoroense, a partir do estudo do que contempla a memória do lugar, formadora de sua identidade, através de estudos bibliográficos afim de relatar alguns dos acontecimentos mais significativos para o âmbito cultural do município.

É importante deixar claro que Mossoró tem uma identidade cultural bastante ampla, contemplando diversos acontecimentos relevantes, porém, como o foco central do trabalho é o Palacete Antônio Florêncio, aqui será feito um recorte espacial do entorno do edifício, centralizando a pesquisa no centro da cidade e no corredor cultural, que se localiza próximo ao prédio.

Portanto, Silva (2023) afirma que Mossoró é considerada uma terra de grandes feitos, como a chegada do primeiro comboio na estrada de ferro em 1915, impulsionando significativamente o comércio, como em sua formação urbana, já que houve a implantação de um sistema de ferrovias, contribuindo para evolução da cidade e da sua economia (Silva, 2023, p. 38-40)

O advento da estrada férrea permitiu que as fronteiras da cidade abrangessem ainda mais, promovendo, dessa forma, o contato com outras regiões do país através do intercâmbio cultural. Além disso, o ocorrido ergueu um testemunho edificado emblemático, que está presente no recorte espacial estudado aqui, refere-se à estação ferroviária atualmente intitulada de Estação das Artes Elizeu Ventania, um museu histórico, localizado no corredor cultural da Avenida Rio Branco, representando um momento ímpar da expansão da cidade. Atualmente a área recebe diversos eventos culturais do município, como o Mossoró Cidade Junina (MCJ) e o espetáculo “Auto da Liberdade”.

Figura 10: Fotografia Histórica da Antiga Estação Ferroviária de Mossoró



Fonte: Nascimento (2020), *Apud* Silva (2023)

Outro marco relevante na formação da história de Mossoró foi a invasão de Lampião e seu bando em 1957, e embate é motivo de orgulho para população até os dias atuais, pois houve o sucesso do grupo de 200 moradores contra o bando de 80 cangaceiros, isto fez com que Mossoró ficasse conhecida como “Terra da Resistência” (Silva, 2023 *Apud* Queiroz, 2024, p. 96).

O ocorrido também deixou testemunhos edificados, pois, Silva relata que o conflito se concentrou, principalmente, à frente da Igreja São Vicente, a qual carrega marcas do conflito, e da residência do prefeito da época, Rodolfo Fernandes, atualmente conhecida como “Palácio da Resistência”, hoje abriga a sede da prefeitura do município (Silva, 2023).

Figura 11: Igreja São Vicente em Mossoró



Fonte: Nascimento (2020), *Apud* Silva (2022)

Figura 12: Palácio da Resistência em Mossoró



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Além da memória edificada, o acontecimento tem sua história contada e lembrada todo ano, no espetáculo “Chuva de Bala”, o espetáculo é encenado em frente a Igreja de São Vicente, assim como ocorreu o confronto em 1957. O espetáculo faz parte da programação do Mossoró Cidade Junina (MCJ), celebração que ocorre no mês de junho, o evento transforma o Corredor Cultural, na Avenida Rio Branco, em um local de celebrações, com diferentes atrações, a principal delas é o “Pingo da Mei Dia”, reconhecido como patrimônio cultural mossoroense desde 2019 pela Lei Municipal nº 3.232/2014. A festa, que movimenta fortemente a economia local, acontece por meio de trios elétricos que ficam dando voltas no corredor cultural, reunindo um grande público, tanto local como de outras regiões (Paiva, 2021, p. 87).

Figura 13: Imagem Aérea do Mossoró Cidade Junina

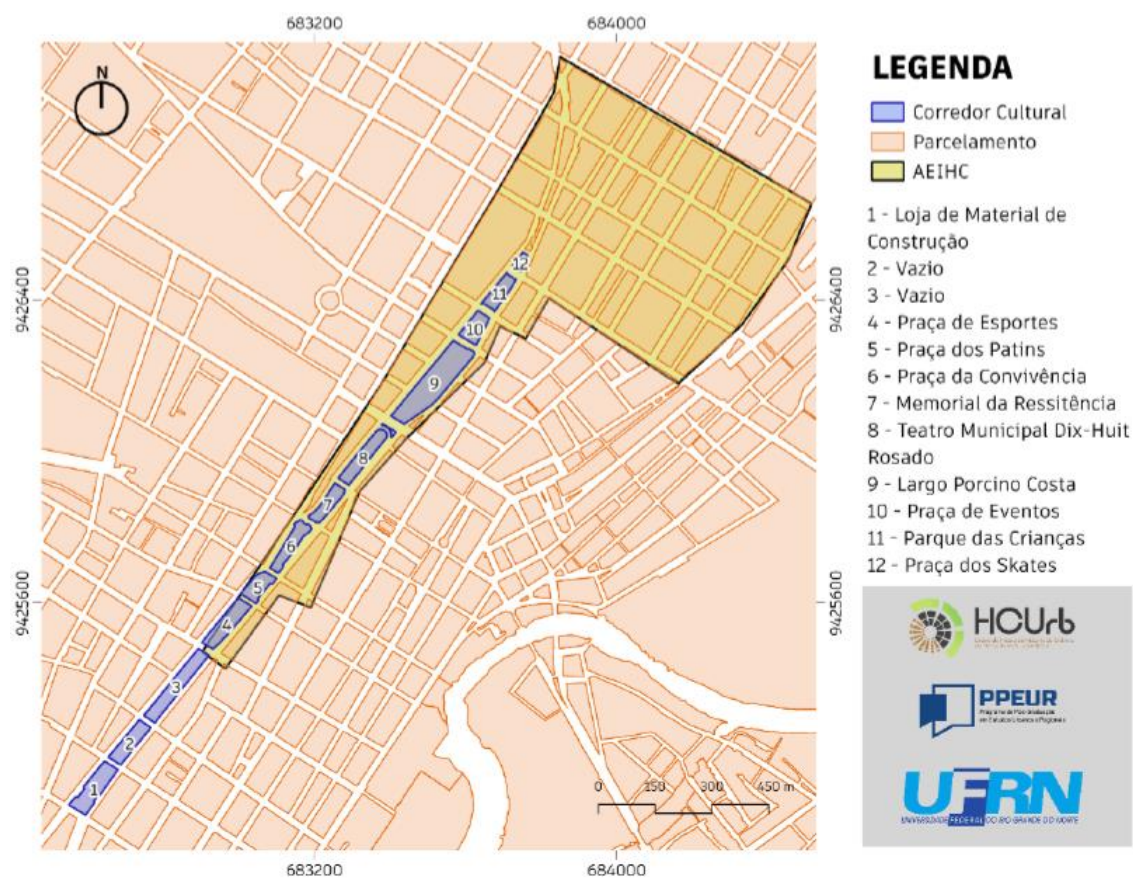


Fonte: Carlos Santos (2024)

Todos estes eventos que demonstram a identidade da cultura de Mossoró acontecem em maio ao Corredor Cultural, área que faz parte do nosso recorte espacial, ou seja, o Palacete Antônio Florêncio faz parte deste repertório. Além disso o Corredor Cultural pode servir como estratégia para salvaguarda da edificação, portanto, é de fato necessária uma contextualização sobre a área.

O Corredor Cultural, é atualmente o polo das manifestações culturais da cidade, pois a maior parte das celebrações e espetáculos acontecem neste setor (Queiroz, 2024, p. 156). Nele ocorre a manifestação da memória coletiva e da identidade da população, além de impulsionar a economia local, por meio das festividades que movimentam o comércio. Ademais, nos dias cotidianos, a avenida disponibiliza de equipamentos públicos de lazer, como o Parque das Crianças, a Praça dos Esportes e Praça dos Skates, Praça da Convivência, o Memorial da Resistência, entre outros, os quais motivam a integração social e a valorização do espaço urbano.

Figura 14: Equipamentos Existentes no Corredor Cultural



Fonte: Queiroz (2024)

A implantação do percurso se deu a partir do contexto da renovação de áreas centrais, idealizado e aplicado nos Estados-Unidos e na Europa entre os anos de 1980 e 1990 e, posteriormente no mundo todo. Em Mossoró, o projeto é assegurado pela Lei Municipal nº 148/83, responsável por criar a Área Especial do Corredor Cultural, durante o mandato do ex-prefeito Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, a mesma lei prevê um plano básico de execução, com a finalidade de preservar as características arquitetônicas e artísticas das construções já existentes na área (característica importante para o trabalho), recuperar os elementos arquitetônicos, artísticos e decorativos das construções e, renovar a área central da cidade (Castro, 2021, p. 132).

O projeto foi implementado ao longo da Avenida Rio Branco, onde se localizava a antiga estrada de ferro, no final dos anos de 1980, fato que identifica o valor histórico da área, pois como foi dito anteriormente neste trabalho, a estrada de ferro revolucionou o comércio urbano regional. Porém, as discussões sobre a importância dos movimentos sociais e culturais só foram surgir com mais força durante a gestão da ex-prefeita Rosalba Ciarlini Rosado (1997-2000/2001-2004), o que resultou em um projeto focado na revitalização e renovação do espaço central de Mossoró (Castro, 2021, p. 132)

A avenida Rio Branco cruza com a Avenida Augusto Severo, onde se localiza o Palacete, implantado próximo a Estação das Artes (Antiga Estação Ferroviária). O Palacete é testemunha destes eventos referentes ao desenvolvimento urbano e econômico de Mossoró, e seu papel na memória coletiva da cidade não deve ser subestimado, pois além de representar um marco arquitetônico, também representa a resistência e a capacidade de transformação da comunidade mossoroense.

A intersecção entre a história do Palacete e dos eventos culturais que ocorrem ao longo do Corredor Cultural representa uma rica evolução que refletem as vivências, tradições e lutas que moldam a identidade da cidade. Reconhecer esta relação, é reconhecer a importância do patrimônio edificado e a vitalidade cultural local que fortalece o senso de pertencimento da população.

4.2. Ações de Conservação do Patrimônio pelo Município

Ao refletir sobre a importância do patrimônio edificado para Mossoró, é relevante um estudo sobre as formas de proteção a estes bens que são disponibilizadas pelo município. Silva (2023, p. 38) destaca o desapego e a falta do reconhecimento do patrimônio edificado da cidade, já que

foram perdidos inúmeros vestígios de sua arquitetura colonial, portanto vale realizar um percurso sobre o que se refere à proteção do patrimônio histórico em Mossoró.

Como visto, a criação do projeto do corredor cultural, através da Lei Municipal nº 148/83, promoveu as discussões sobre a importância do patrimônio cultural no município, atrelado a isto, houve a criação do Decreto nº 345 de 1983, fomentando o conselho de preservação do patrimônio histórico e cultural de Mossoró, sendo a primeira legislação a se referir à salvaguarda dos bens patrimoniais, o que promoveu a valorização da área com a criação de um Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico de Mossoró (CMPPHM) (Queiroz, 2024, p. 126-127), que identifica:

Os bens móveis ou imóveis de significativo valor, equiparando-se a estes documentos, paisagens, sítios naturais ou agenciados pelo engenho humano e outras manifestações culturais de valimento histórico, arqueológico e artístico (Mossoró, Decreto nº 345, Artigo 6º, 1983^a, *Apud* Queiroz, 2024, p. 127).

Atualmente, no plano diretor da cidade, vigente no ano de 2006, pouco se fala no que diz respeito à preservação patrimonial, sem indicativos pertinentes ao tema. Entre as diretrizes do plano estão:

Art. 12º. XVII. Proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, bem como o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

Art. 41º. Com o objetivo de incorporar ao processo permanente de planejamento urbano e ambiental o respeito à memória construída e à identidade das comunidades e locais aprazíveis, ficam estabelecidas as seguintes diretrizes:

I – Formular e executar projetos e atividades, com a finalidade de preservação de áreas características como de ambiente paisagístico;

II – Destinar áreas para instalação de espaços culturais e artísticos;

III – Instituição do tombamento, visando à preservação dos bens culturais, históricos, arquitetônicos e locais de ruínas e cavernas, bem como o entorno num raio de 100,00m (Mossoró, 2006, p. 15)

As proposições referem-se brevemente à preservação patrimonial, porém sem se aprofundar devidamente na temática de salvaguarda dos bens, porém, ainda são pontuações de relevância ao caráter do seguinte trabalho. O mesmo também delimita a Área Especial de Interesse Histórico e Cultural (AEIHC) a qual “corresponde à porção do território que, por seu valor arquitetônico, histórico e cultural, sujeita-se ao regime de conservação, recuperação ou preservação das edificações existentes” (Mossoró, 2006, p. 17), ressaltando a área de maior

preocupação em relação à salvaguarda do bem edificado, a qual seria a região central, abrangendo boa parte da Avenida Rio Branco.

Destaca-se também a lei municipal do tombamento nº 2749/2011, a qual se refere a todo o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico de Mossoró, a qual rege:

Art. 1º. Esta lei tem por finalidade preservar a memória do município de Mossoró, através da proteção, mediante tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico, localizado no seu território.

Art. 2º. Constituem o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural do município de Mossoró, a partir do respectivo tombamento e na forma desta Lei, os seguintes bens públicos ou particulares:

I – Construções e obra de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativa de determinada época ou estilo;

II – Edificações, monumentos intimamente vinculados a fato memorável da história local ou a pessoa de excepcional notoriedade;

III – Monumentos naturais, como sítios e paisagens, de notável feição, inclusive os agenciados pela indústria humana;

IV – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dados pela natureza ou agenciados pela indústria humana;

V – O acervo bibliográfico; (Mossoró, 2011, p. 01)

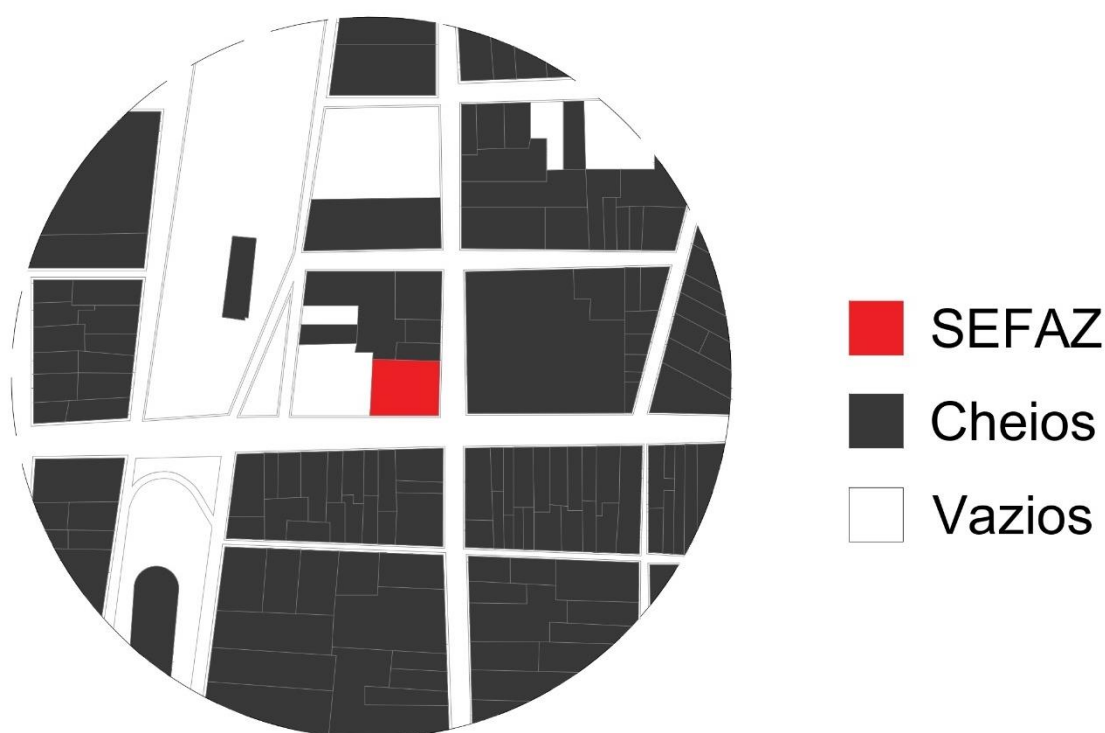
As leis mencionadas anteriormente, são importantes ferramentas para o desenvolvimento urbano sustentável e respeitoso, que tem como finalidade garantir a proteção e manutenção das áreas de valor patrimonial, assegurando que as memórias e legados sejam preservados em face as mudanças ocorridas ao longo do tempo, estas são necessárias para o presente estudo. Contudo, é notório a falta de diretrizes no que se refere à salvaguarda dos bens, tornando necessário uma estruturação mais aprofundada neste sentido, visto que o patrimônio edificado faz referência direta à formação histórica, cultural e urbana da cidade.

4.3. Descrição e Análise Urbanística do entorno

O presente capítulo irá apresentar uma análise urbanística focada na relação e comunicação da edificação com o contexto em que está inserido. Para iniciarmos apresenta-se o mapa de cheios e vazios, que permite analisar a densidade de edificações da região estudada,

utilizando-se do raio de 200 metros a partir da área de intervenção, com ele podemos observar que existe uma grande densidade demográfica em seu entorno, sendo uma região já bastante ocupada nos dias atuais. A partir disso, é possível entender melhor a dinâmica urbana que circunda o edifício, ademais, a identificação dos cheios e vazios, isto pode ajudar a prever zonas de proteção que mantenham a visibilidade e integridade das fachadas e a prever zonas urbanas que possam estar presentes na salvaguarda do edifício, como o vazio localizado ao lado do palacete, o qual poderia abrigar um parque urbano, promovendo uma maior permanência de civis, isto possibilita que o edifício esteja ainda mais interligado no cotidiano dos moradores.

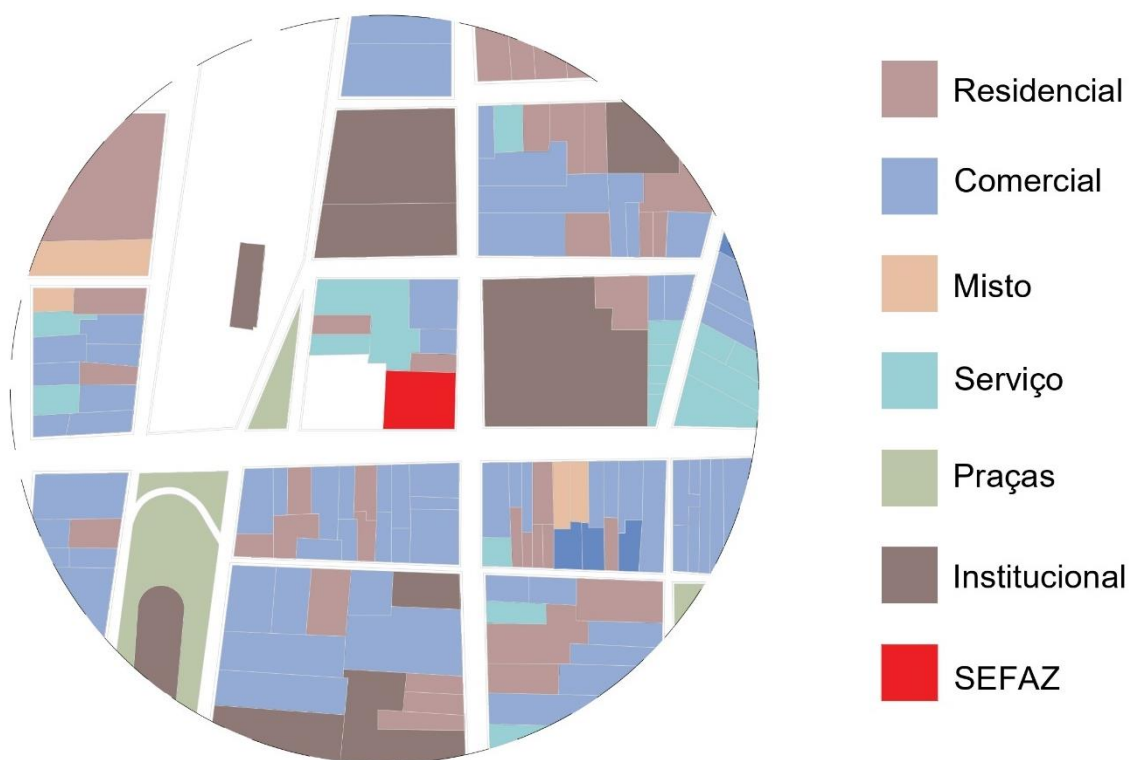
Figura 15: Mapa de Cheios e Vazios (Raio de 200 metros em relação ao Palacete)



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Em seguida veremos no mapa de uso e ocupação do solo que na ocupação do entorno há edificações com diversas utilidades, residenciais, institucionais públicos e privados, comerciais, além de locais de uso misto, o que nos mostra que a área dentro do raio selecionado dispõe de uma grande movimentação diária de transeuntes. Apesar de estar localizado em uma região majoritariamente comercial, a integração com a Avenida Rio Branco agrega as fachadas históricas ao cenário cultural do entorno.

Figura 16: Mapa de Uso e Ocupação (Raio de 200 metros em relação ao Palacete)



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Para entendermos a importância desta intervenção no patrimônio histórico, também foi feito um levantamento das fachadas históricas presentes dentro do raio estabelecido, podemos perceber que não existem muitos exemplares e que o local é dominado por fachadas comerciais sem um estilo arquitetônico definido, as edificações de valor histórico encontram-se, em sua maioria, em um estado ruim de conservação. A análise nos permite observar que a área ainda conta a história da formação original da cidade e também no seu contexto cultural, por parte da arquitetura patrimonial, que ajuda a demonstrar essa linha do tempo. A restauração das fachadas poderá promover o estímulo da preservação dos demais bens históricos da região.

Figura 17: Mapeamento das Fachadas Históricas (Raio de 200 metros em relação ao Palacete)



Fonte: Acervo pessoal (2024)

A maior parte das edificações estão sobre domínio privado, apenas 3 delas se encontram em domínio público, entre estas estão o Museu do Petróleo, na Estação das Artes, representado pelo número dois, a própria Secretaria Municipal da Fazenda no número três e, por fim, no número seis encontramos o Palácio da Resistência, o qual passou recentemente por um processo de reforma. Todas as edificações poderão ser conferidas pelas fotos a seguir.

O número 1 representa quatro fachadas históricas, todas escondidas pela copa das árvores, dificultando sua visualização, também representantes do estilo eclético, a segunda casa da direita par esquerda é a que se encontra no pior estado de conservação, por mais que todas ainda possuam grande parte de seus elementos originais.

Figura 18: Fachadas Ecléticas em Mossoró - RN



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 19: Fachadas por trás das copas das árvores

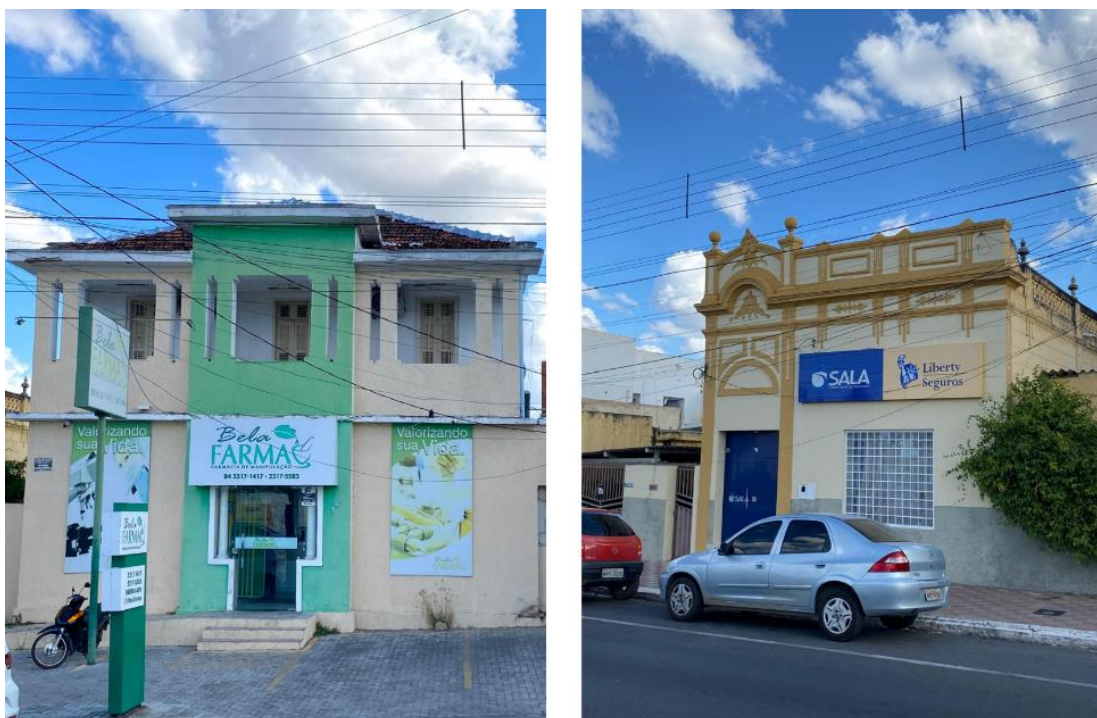


Fonte: Acervo pessoal (2024)

Onde fica o número 2 o Museu do Petróleo de Mossoró, instalado na Estação das Artes, o qual já foi mencionado anteriormente, assim como a Secretaria Municipal da Fazenda indicada pela numeração 3 no mapa apresentado.

Na numeração 4, encontramos lado a lado duas fachadas históricas onde hoje funcionam uma farmácia de manipulação e uma empresa de seguros, ambas muito bem preservadas e carregando consigo as características do seu estilo arquitetônico original.

Figura 20: Edificações históricas com uso comercial em Mossoró - RN



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Mais adiante, na mesma rua, encontrasse outra fachada histórica, também do estilo eclético, apresentando algumas patologias, onde abriga um centro comercial de lojas de roupas. Sua fachada fica escondida por letreiros de ACM, além de ter sido descaracterizada, com a colocação de duas grandes esquadrias em vidro.

Figura 21: Fachada histórica em centro comercial de Mossoró - RN.



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Por fim, no número 6 no mapa, encontramos o Palácio da Resistência, onde hoje funciona a Prefeitura Municipal de Mossoró, ao lado de dois exemplares que podem ser confundidas com o estilo art deco sertanejo, porém misturam alguns estilos, portanto também são representantes do estilo eclético, o da esquerda é um edifício residencial que está à venda, já o da direita hoje funciona o restaurante Mandacaru, ambas bem conservadas.

Figura 22: Fachadas Art Deco Sertanejo em Mossoró - RN



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Esta análise nos permite promover de forma mais qualificada as proposições do plano de salvaguarda, pois assim, é possível identificar com clareza o contexto urbano em que a edificação está inserida. Desta forma, com o levantamento urbanístico realizado, será possível seguir para os próximos passos da análise, como o levantamento histórico do Palacete.

4.4. Levantamento Histórico e Cultural da Edificação

A construção do empreendimento data do ano de 1930, possui características ecléticas, e originalmente era um prédio residencial de Antônio Florencio da Silva, o qual serviu de palco para bailes luxuosos e banquetes que eram culturalmente rotineiros na cidade, como era de costume acontecer em diversas mansões na época. Além disso, já foi sede da Prefeitura

Municipal de Mossoró durante as gestões do prefeito Antônio Rodrigues e Raimundo Soares de Souza, vindo também a abrigar a Câmara Municipal (Brito, 1981, *Apud* Silva. J, 2023, pg. 100). Antônio Florêncio de Almeida foi um contador, economista e empresário, que atuou e contribuiu significativamente para economia do município e do estado do Rio Grande do Norte, exercendo cargos como: Executor na comissão dos terminais salineiros em 1965; Diretor-presidente da indústria química Alcanorte; Diretor Vice-Presidente, Fábrica de Óleos Raimundo Fernandes S.A, Mossoró, RN; Diretor Vice-Presidente, S. A. Mercantil Tertuliano Fernandes, Mossoró, RN; professor Catedrático, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Mossoró, RN. (Câmara dos Deputados, 2024). Em relação à sua morada e participação na sociedade municipal, destaca-se aqui o depoimento dado pela professora Ozelita Cascudo, no que se refere à vida social de Mossoró na época:

Li, certa vez, que as cidades também têm alma. Acho que Mossoró, naquela época, tinha mais vida, tinha alma, era mais alegre, sentia-se nela a alegria de viver. (...) A vida social do meu tempo era mais intensiva, havia mais entusiasmo, mais cultura. Lembro-me de que as festas se realizavam nas residências, como a de Antônio Florêncio de Almeida, onde haviam bailes carnavalescos, saraus dançantes, etc. (Maia, 2023, p. 01).

Desta forma, se relata a participação ativa do palacete na vida social do município em épocas passadas. Atualmente, o prédio faz parte do poder público regional como a sede da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o empreendimento ainda possui muitas características originais e os elementos de fachada ainda existentes, por completo e segundo o autor Joatan Jonas dos Santos Silva (2023):

Foram feitas alteração somente em sua parte interna, pois a mesma precisou se adequar as necessidades do órgão público. Salienta-se que essa edificação foi o primeiro prédio construído em Mossoró usando-se em suas estruturas, vigas de concreto armado, assinalando assim o começo de uma nova era no setor de construção no município (Silva, 2023, p. 100)

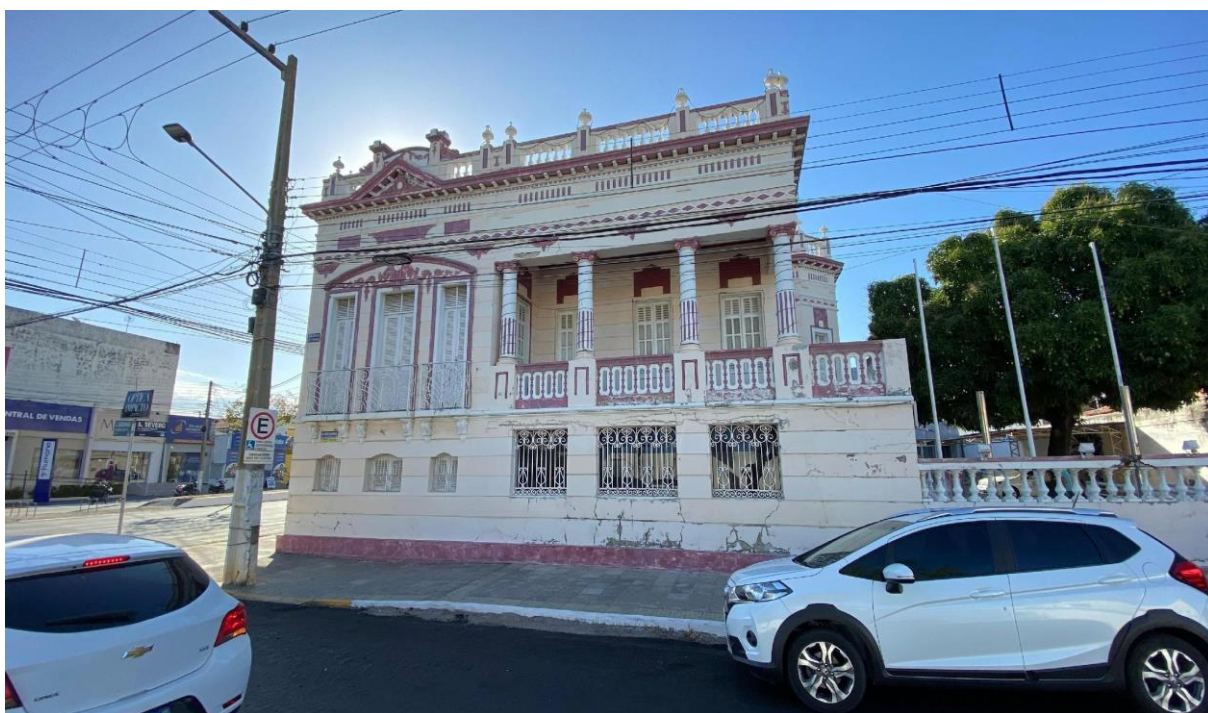
De acordo com Maia (2023) no seu texto “História de Mossoró: O Palacete de Antônio Florêncio”, o construtor da obra foi Joãozinho de Zuza, ao lado de outros nomes como Francisco Paulino, João Dias, Darico, entre outros. Estes, foram responsáveis pela realização de diversas construções na cidade de Mossoró por volta dos anos de 1930.

Assim, faz-se uma breve abordagem sobre o método construtivo do bem. A alvenaria é composta por tijolos cozidos maciços, formados por material argiloso, que era colhido e queimado para que fosse empregado na construção civil. A areia, geralmente era coletada às margens dos Rio Mossoró, principalmente em época de seca. A argamassa que unia os tijolos era feita com areia, água e cal, esta, era encontrada em abundância no território mossoroense.

As paredes eram construídas de forma mais robusta, para que fosse possível suportar o peso do telhado (Maia, 2023, p. 01).

Desta forma, conclui-se que o palacete carrega consigo memórias sociais, econômicas e de metodologias construtivas que demonstram como era a vida no município de Mossoró durante toda sua existência. Desta forma, fica declarado o seu valor ao contexto histórico e cultural da cidade. Vale também destacar que a edificação, apesar de fazer parte do poder público, e se beneficiar de manutenções estruturais rotineiras, ainda não entrou em processo de tombamento.

Figura 23: Secretaria da Fazenda, Fachada Frontal



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Figura 24: Secretaria da Fazenda, Fachada Lateral



Fonte: Acervo pessoal (2023)

4.5. Levantamento físico

Neste momento serão explanadas todas as características físicas do prédio histórico, a partir de informações como plantas baixas, cortes e fachadas, disponibilizadas pela Prefeitura do município de Mossoró, como também a partir de visitas in loco, com a devida autorização da prefeitura e da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), para que os dados disponibilizados possam ser apropriadamente verificados e analisados. Visitas presenciais foram feitas ao local, porém, a SEFAZ não autorizou o levantamento fotográfico interno, portanto será considerado o levantamento físico que foi disponibilizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Analisando as plantas baixas fornecidas do palacete de estilo eclético, pode-se perceber que o imóvel permanece com muito da sua estrutura original conservada, possuindo paredes espessas de 30 centímetros. A edificação mantém a maioria das aberturas originais do projeto, com exceção de algumas alterações. O edifício encontra-se localizado totalmente recuado para a lateral esquerda do terreno, enquanto o lado se configura como recuo. Hoje em dia existe um anexo nesta parte aberta que, segundo os funcionários da SEFAZ, está sem uso definido, sendo algo que acaba por descaracterizar o edifício.

Figura 25: Planta Baixa do Pavimento Térreo



Fonte: Planta adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

No pavimento térreo foi constatado que o pé direito é equivalente à altura de 2,55m. Temos o acesso lateral, que resulta no salão central de atendimento geral, o qual serve como entrada para uma circulação central que distribui os acessos entre os demais departamentos, tais como a sala da gerência, sala do financeiro, sala da procuradoria fiscal, entre outros. Houveram algumas mudanças internas como a troca do piso na área de atendimento geral, que atualmente é um revestimento cerâmico, foram adicionadas esquadrias de vidro e algumas salas receberam divisórias de compensado, afim de organizar o espaço para as atividades. Dentre as modificações internas destaca-se as modificações dos banheiros nos fundos da edificação que foram adaptados servindo como banheiros coletivos, e a adição de uma cozinha. Também vale ressaltar a adição de um pergolado superior para ventilação natural, inserido de maneira inadequada, de forma que quando chove a água adentra na edificação molhando os usuários.

Para dar acesso ao pavimento superior a edificação possui uma escadaria central interna, com um pé direito duplo de 5,70m, que permite o acesso a circulação central do pavimento superior. O mesmo possui um pé direito bem mais elevado do que o pavimento térreo, com aproximadamente 3,55m de altura. O andar possui mais dois acessos externos: o primeiro por meio de uma escadaria curva que resulta na varanda da fachada frontal do edifício, e o segundo através de uma escadaria mais recuada, ambos os acessos fornecem entrada diretamente as salas por meio de portas duplas de madeira. Em relação a estrutura, manteve-se grande parte da

Figura 26: Planta Baixa do Pavimento Superior.

DIVISÓRIAS EM COMPENSADO

VARANDA

ESCADARIA RECUADA

BANHEIOS ADAPTADOS

PERGOLADO

Nas fachadas podemos observar algumas características do estilo eclético, há também a presença de tipologias variadas, como os pilares com capitel jônico, uma platibanda rendilhada e o guarda-corpo com balaústre de concreto.

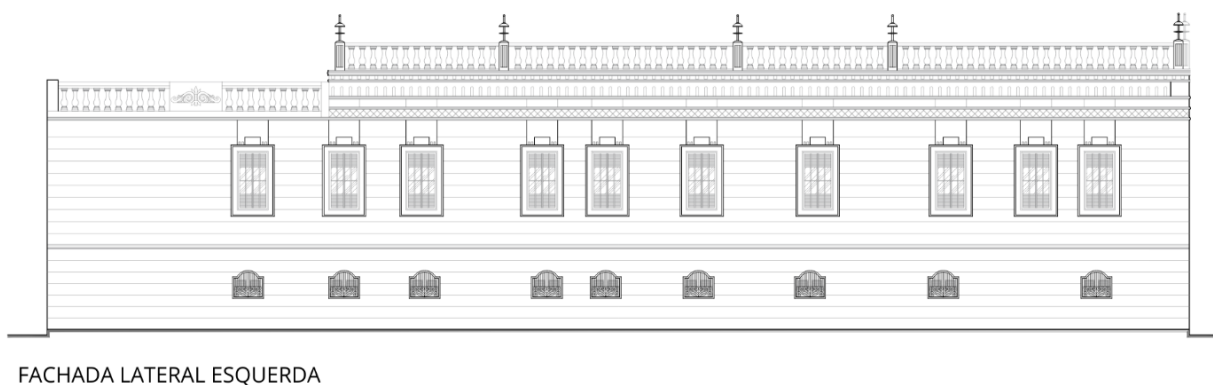
58

Figura 28: Fachada Norte.



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Figura 29: Fachada Sul



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

No que se pode perceber, a presença da simetria na disposição das esquadrias e pilares na estrutura, e uma proporção harmoniosa entre os elementos que a compõe. Destaca-se também, a presença dos pilares enfatiza a sua verticalidade, e o uso de cores neutras puxados para o bege, com a aplicação de tons mais vibrantes, como o rosa mais escuro que destacam os detalhes estéticos. Todos estes elementos são evidências do seu passado histórico, contudo, as fachadas enfrentam alguns problemas estruturais, portanto se faz necessário a identificação destes para melhor entender a situação em que o prédio se encontra.

4.6. Avaliação das Condições Físicas e Mapa de Danos

No presente capítulo serão estudadas as diretrizes expostas pela autora Cecília Barthel (2009) para melhor compreensão do que é um mapa de danos, e de como elabora-los corretamente, afim de reconhecer afundo todas as patologias presentes no local o que permitirá a escolha de uma abordagem mais efetiva.

Segundo Barthel temos que o mapa de danos se caracteriza como a:

representação gráfica do levantamento de todos os danos existentes e identificados na edificação, relacionando-os aos seus agentes e causas. São considerados danos todos os tipos de lesões e perdas materiais e estruturais, tais como: fissuras, degradações por umidade e ataque de xilófagos, abatimentos, deformações, destacamento de argamassas, corrosão e outros (Bartherl, 2009, p. 02).

O mapa de danos deverá ser composto por conteúdos específicos, tais quais a **situação física, histórica e social** da edificação, **declaração de significância**, que diz respeito a avaliação sobre os valores de **integridade** e **autenticidade** de um bem cultural, e, por fim, a **representação gráfica se seu estado de conservação**. (BARTHERL, 2009, p. 03).

O estudo pode ser aprimorado por alguns métodos de investigação, como a **fotografia de alta resolução**, para melhor identificação do mapeamento de danos, as quais podem ser sistematizadas e disponibilizadas à medida que forem solicitadas em momentos diferentes, tornando o método ainda mais eficaz por se beneficiar de um número maior e mais claro de indicações.

Mesmo estando em bom estado, íntegro e com sua autenticidade bem perceptível, pois esta, ainda mantém elementos originais em suas fachadas, então sua estética e estilo arquitetônico se mantém reconhecíveis, temos alguns problemas em relação as patologias encontradas nas fachadas da edificação. Assim, este diagnóstico e mapeamento de danos irá focar somente nas fachadas do edifício, mesmo tendo sido feito duas visitas ao interior do palacete, pois o levantamento fotográfico de seus ambientes não foi autorizado, além disso, serão utilizados para análise os levantamentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura que serão atualizados a partir das análises do autor.

4.6.1. Diagnóstico das Patologias Encontradas

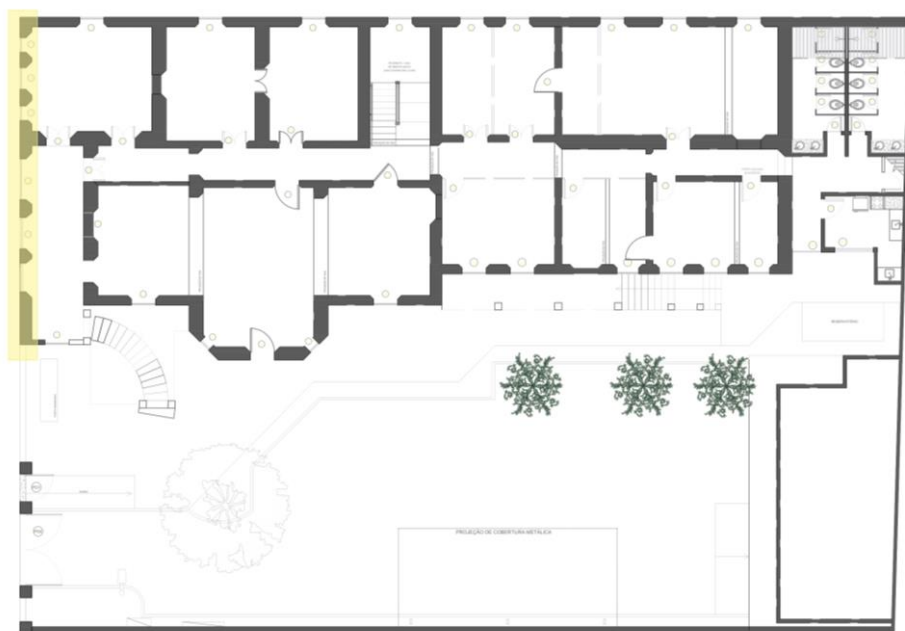
A fachada se encontra em um estado de conservação ruim, com sua pintura desgastada, apresentando descamações e empolamento, principalmente no pavimento térreo. Ainda sobre sua pintura, pode-se observar que esta condiz com o estilo eclético do prédio, visto que o corpo da fachada e seus elementos decorativos estão pintados em cores diferentes, o que dá a sensação de profundidade. Para além da descamação, é possível encontrar um grande número de rachaduras, inclusive algumas partes faltantes, alguns tão profundos que expõem os próprios tijolos.

Figura 30: Fachada Frontal



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 31: Localização da Fachada Frontal em Planta Baixa



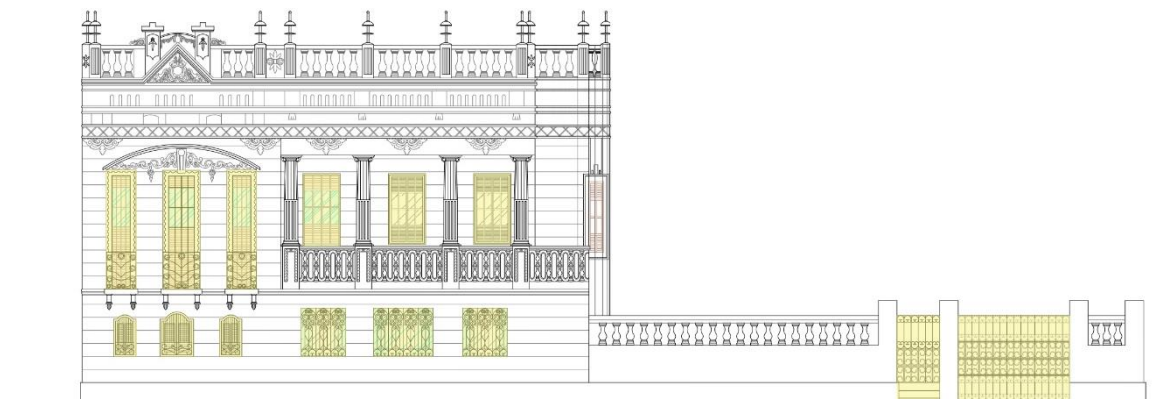
Fonte: Planta adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Figura 32: Rachaduras na Fachada Frontal



Fonte: Acervo pessoal (2024)

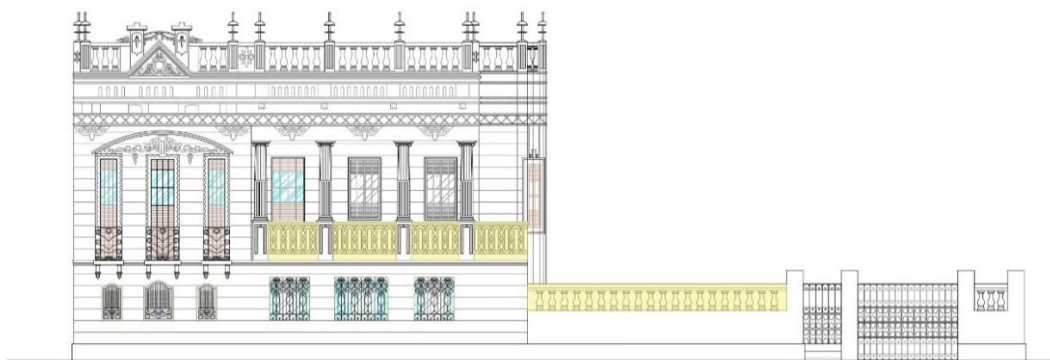
Figura 33: Fachada Frontal - Esquadrias



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Em relação aos materiais construtivos, vemos que as esquadrias são em madeira muiracatiara pintadas na cor branca, com persianas, e ferragem a sua frente, também pintadas na cor branca, assim como os portões de acesso na extremidade direita. Vemos que no pavimento térreo as três janelas da direita são intervenções mais recentes, pois possuem formatos diferentes das demais, assim como seus materiais, sendo elas completamente em vidro, porém respeitam uma certa simetria, já que as janelas das pontas são de tamanhos iguais e menores que a do meio, assim como as esquadrias originais. As pinturas das esquadrias encontram-se desgastadas e suas ferragens enferrujadas e em todas é possível encontrar sujidades. Os balaústres moldados em concreto possuem descascamento revelando camadas de tintas anteriores, grandes fissuras e partes faltantes, assim como sujidades e bolor.

Figura 34: Fachada Frontal - Balaústres



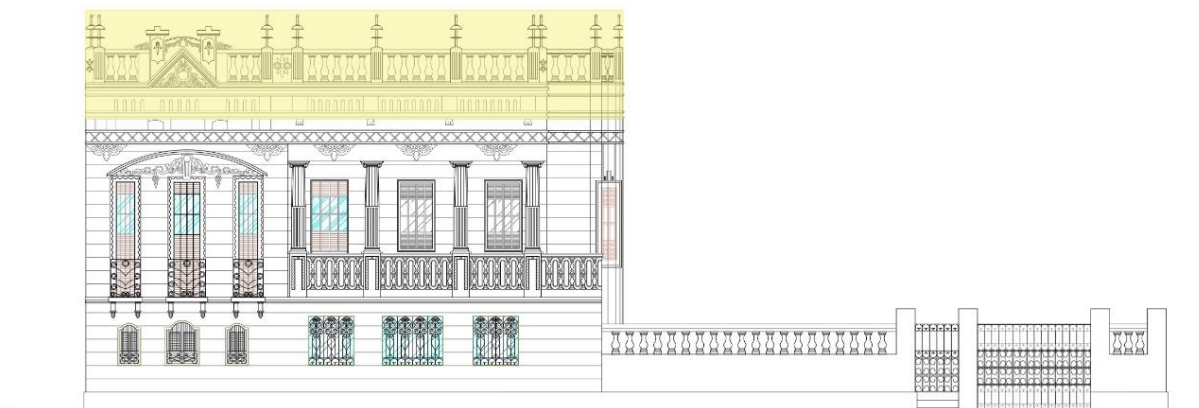
Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Figura 35: Patologias no Balaústres



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 36: Fachada Frontal - Platibanda



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Moldada em concreto, a platibanda encontra-se bem conservada, apresentando pouca degradação, talvez por se encontrar em uma posição mais elevada que os demais itens. Ela ainda

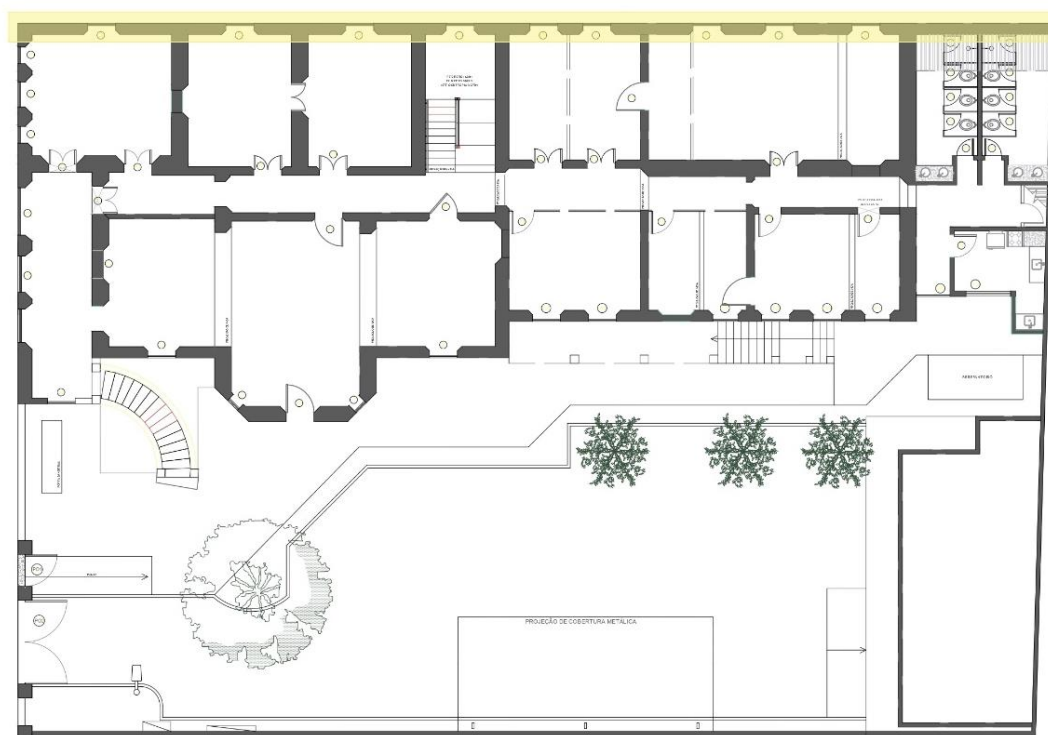
apresentando muito de suas características originais, com uma composição harmônica, com frontão, balaustrada, entablamento, coruchéus e cornija que acentuam o estilo eclético.

Figura 37: Fachada Lateral Esquerda



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 38: Fachada Lateral Esquerda em Planta Baixa



Fonte: Planta adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

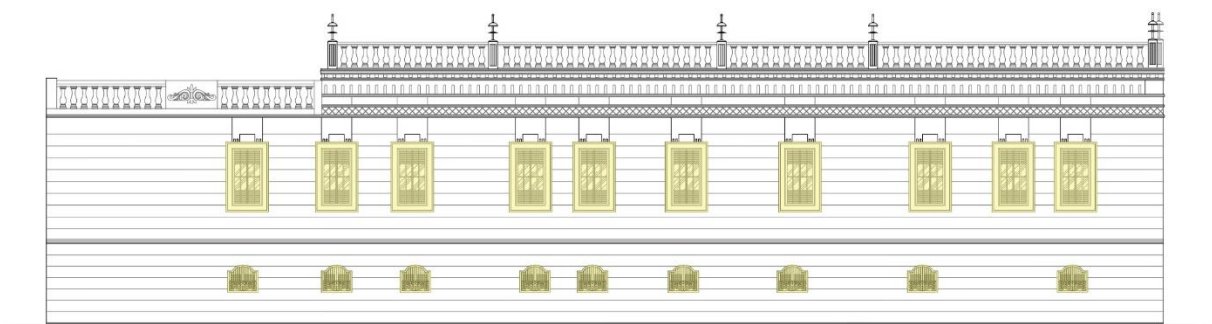
Na fachada lateral esquerda, assim como a frontal, apresenta um número considerável de patologias, em sua maioria no pavimento térreo, tais como o descascamento da tinta e empolamento, algumas partes desbotadas devido as intempéries e grandes fissuras, além do descolamento de argamassa de revestimento em um trecho onde é possível perceber a alvenaria aparente. Também é possível encontrar sujidades e bolor, além de pichações.

Figura 39: Deformidades na Fachada Lateral Esquerda



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 40: Fachada Lateral Esquerda - Esquadrias



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

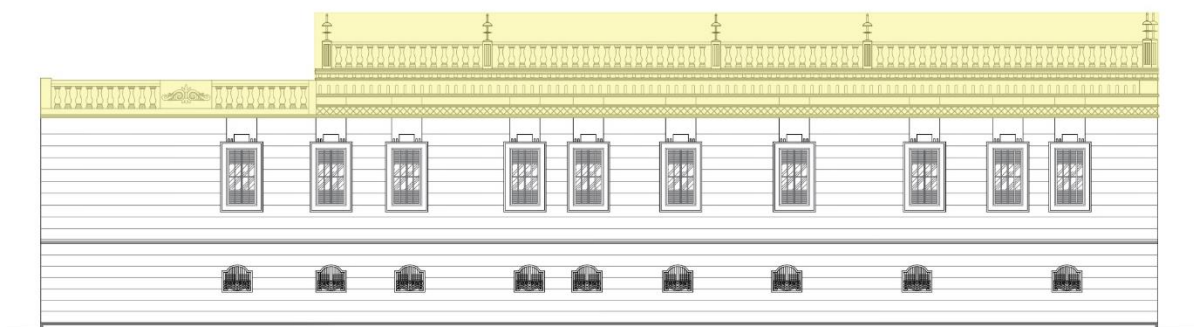
Ao contrário da fachada frontal, todas as janelas parecem ser originais, sendo todas em madeira muiracatiara, com persianas fixas e detalhes metálicos no pavimento térreo. Já no pavimento superior, temos janelas mais longas, também em madeira muiracatiara, com persianas fixas e vidro, todas pintadas na cor branca. Sua pintura encontra-se desgastada e suja, e os elementos metálicos apresentam ferrugem.

Figura 41: Janela na Fachada Lateral Esquerda



Fonte: Acervo pessoal (2024)

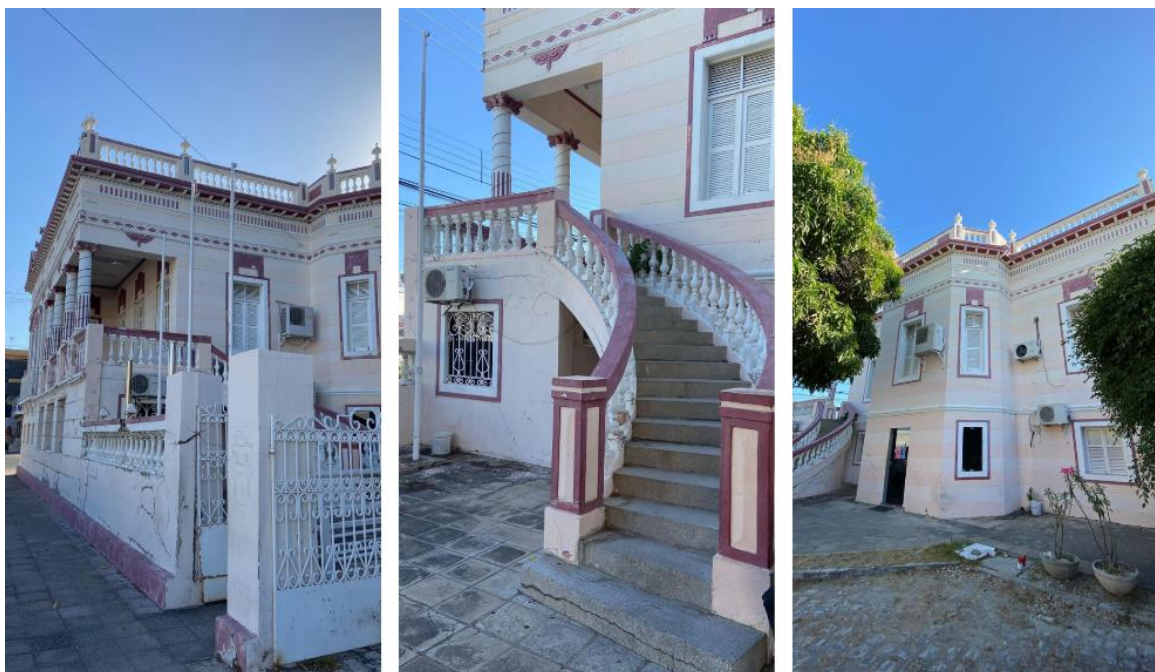
Figura 42: Fachada Lateral Esquerda - Platibanda



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

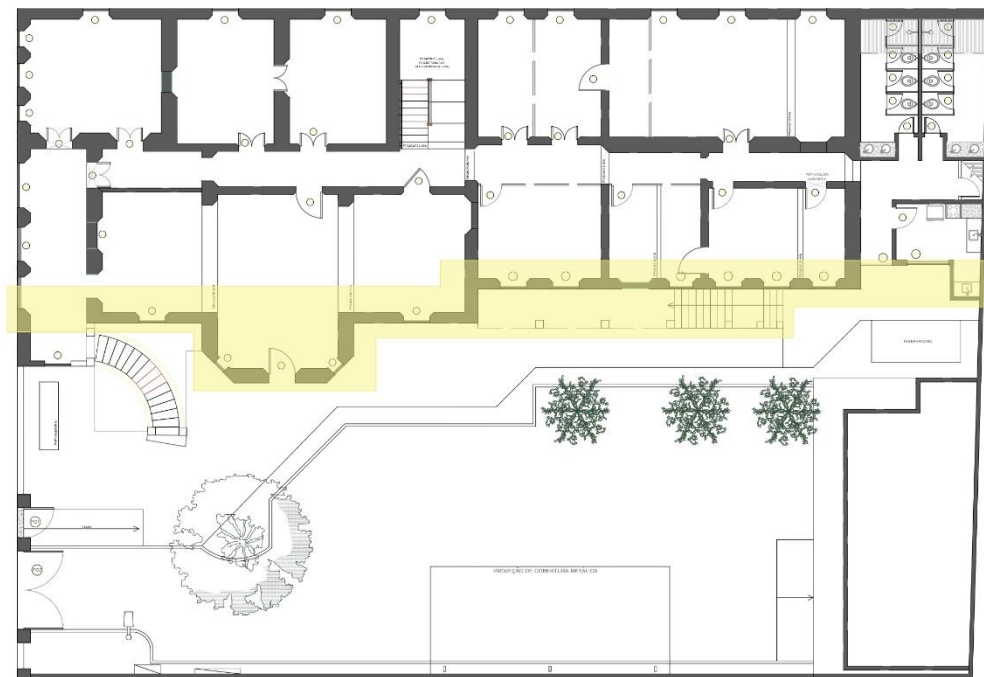
A platibanda nesta fachada encontra-se em bom estado, possuindo poucos desgastes, carregando suas características originais, como balaustrada e cornijas, apresentando alguns problemas em sua pintura, que como desbotamento e descascamento.

Figura 43: Imagens da Fachada Lateral Direita



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 44: Fachada Lateral Direita em Planta Baixa



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Em relação ao estado de conservação da fachada lateral direita, temos que esta possui muitos elementos físicos a serem analisados, escadas, guarda-corpos, esquadrias, balaústres e sua platibanda. A mesma ainda carrega muitos dos seus traços preexistentes, mas mesmo assim, pode-se observar que algumas intervenções contemporâneas, as quais serão discutidas futuramente. Entre as problemáticas que a fachada carrega, estão, em sua maioria, o destacamento de revestimento e empolamento da pintura, mas também carrega a falta de alguns elementos, como os balaústres da platibanda e lacunas, assim como rachaduras.

Figura 45: Fachada Lateral Direita - Esquadrias



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

No que diz respeito as esquadrias da fachada lateral direita, observa-se que a janela posterior do pavimento superior é um peça que foi substituída, porém corresponde as características da peça original, contudo, no pavimento térreo, a porta de acesso principal da edificação, que dá acesso ao atendimento geral, foi uma peça substituída por uma porta inteiriça em vidro, assim como as duas pequenas janelas em suas laterais, além disso, a janela abaixo da varanda frontal é um elemento adicionado posteriormente. As janelas originais são executadas em madeira muiracatiara com persianas fixas, as portas também em madeira muiracatiara, com persianas fixas e detalhes em vidro, todas pintadas na cor branca, apresentando desgaste e descascamento de pintura, além disso uma das janelas apresenta a bandeira quebrada.

Figura 46: Fachada Lateral Direita - Balaústres e Guarda-corpos



Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Os balaústres moldados em concreto apresentam problemas em sua pintura, assim como os demais elementos, podemos observar descascamento e desbotamento, para além disso, os balaústres localizados a direita da fachada apresentam partes faltantes em sua composição.

Figura 47: Fachada Lateral Direita - Platibanda



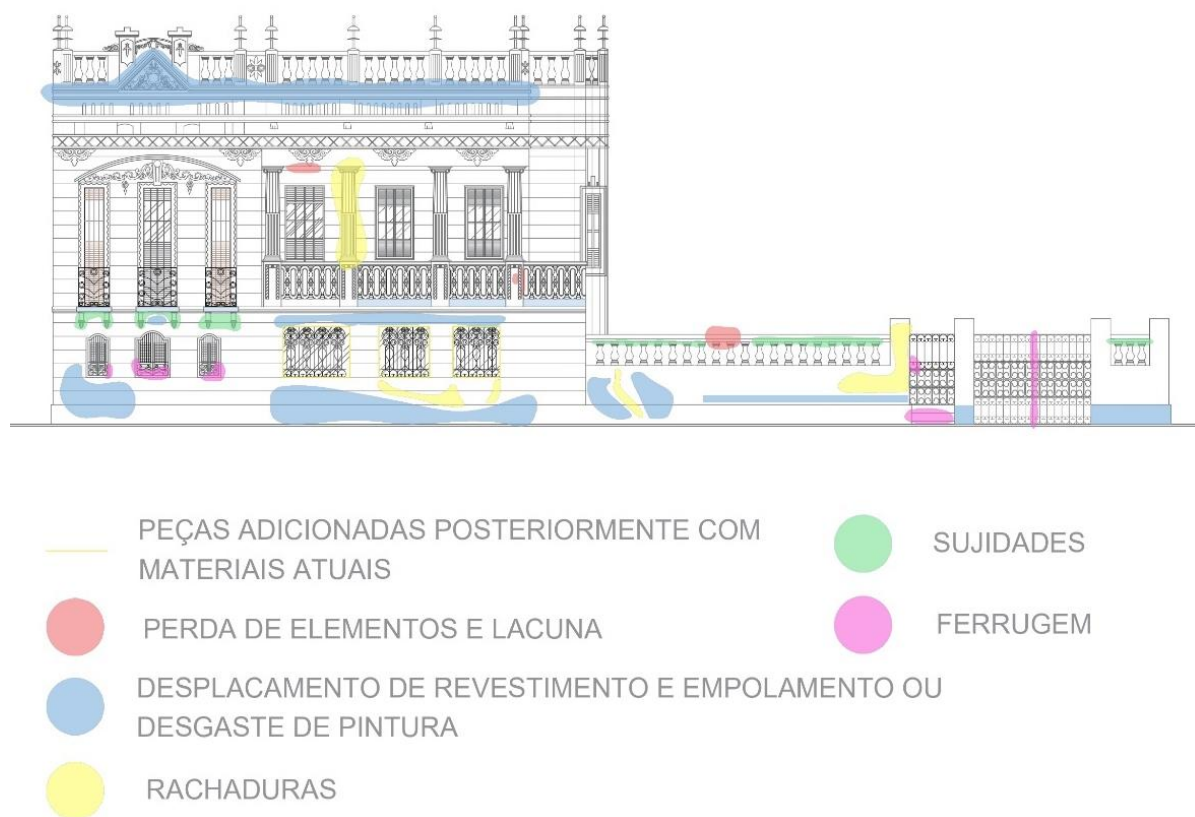
Fonte: Fachada adaptada da prefeitura municipal de Mossoró, RN (2024)

Assim como as demais esta platibanda apresenta principalmente problemas de descascamento de pintura e algumas partes desbotadas, porém, diferentemente das outras, a platibanda neste lado apresenta perda de elementos e lacunas na parte da direita. A partir deste diagnóstico, é possível a elaboração dos mapas de danos.

4.6.2. Mapa de Danos

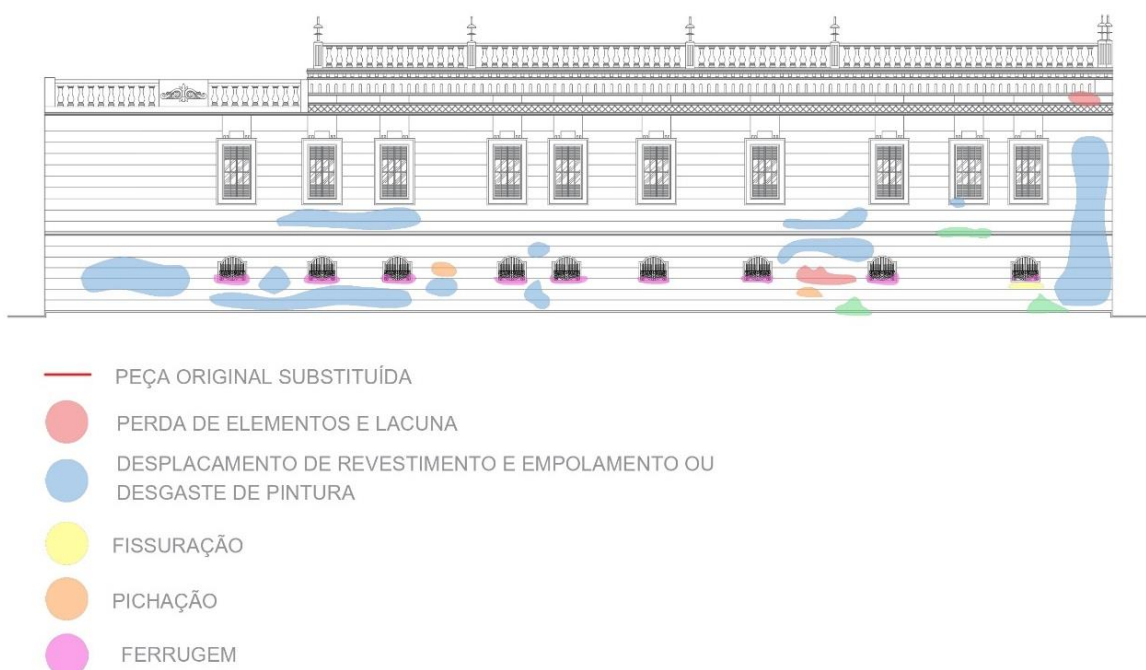
Para realização do mapa de danos das fachadas do edifício, foi-se utilizado o levantamento realizado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Mossoró, RN, o qual tornou possível a execução gráfica do mesmo, por meio do software AutoCAD. Além disso foram realizadas visitas ao local e através do diagnóstico realizado no tópico anterior, foi possível o reconhecimento das patologias que serão demonstradas através das imagens:

Figura 48: Mapa de Danos - Fachada Frontal



Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Mossoró (2024)

Figura 49: Mapa de Danos - Fachada Lateral Esquerda



Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Mossoró (2024)

Figura 50: Mapa de Danos - Fachada Lateral Direita.



Fonte: Adaptado da Prefeitura Municipal de Mossoró (2024)

A partir destas análises, conclui-se que nas fachadas estão presentes diversas patologias, que a longo prazo, sem a devida manutenção, poderão descaracterizar permanente a edificação, além de inviabilizar sua vida útil. Contudo, a partir desta documentação, é possível monitorar e avaliar seu estado de conservação, além de possibilitar o planejamento de sua restauração, priorizando as intervenções necessárias, além de, se qualificar como instrumento de conservação e gestão do Patrimônio de acordo com Art. 52 da PPCM (2018, p. 43).

5 - A PROPOSTA DE SALVAGUARDA

Desta forma, está claro o reconhecimento da edificação, realizado por meio da sua identificação histórica, considerando o contexto em que esta se insere, onde foi percorrido brevemente sobre as normativas municipais que o protegem, além da formação histórica de Mossoró, além do levantamento urbanístico de seu entorno. A caracterização da participação e papel do Palacete na formação de sua construção cultural, econômica e social do município, também foi essencial para este reconhecimento.

Posteriormente, foi realizado o estudo de seu levantamento físico, possibilitando o diagnóstico das patologias presentes e a elaboração do mapa de danos, também contribuindo para o seu reconhecimento. Ao longo do trabalho, constatou-se que todo esse processo é importante e necessário para que seja possível a elaboração do plano de salvaguarda do bem, de forma respeitosa e eficaz. Desta forma, serão realizadas as proposições.

5.1. Definição das Estratégias de Restauro e Manutenção

As ações propostas tomaram como base os autores: Jamile Paraíba Silva e seu artigo “Intervenção de Restauro para a Valorização de Edifício Histórico no Bairro Praia de Iracema em Fortaleza/CE: Atribuição de Novo Uso como Forma de Salvaguarda” publicado em 2022; Fabio Di Mauro e Mirza Pellicciotta com e seu texto “Salvaguarda e Conservação da Casa Nadyr de Oliveira / Arquiteto Carlos Milan” publicado em 2018; Luan da Silva Costa e Witson Andrade da Silva com o artigo “Manifestações patológicas em fachadas de construções

históricas: estudo de caso da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em São Luís – MA” publicado em 2022.

5.1.1. Estratégias de Restauro:

Para salvaguarda das fachadas teremos que levar em consideração os princípios tangidos pela teoria de Cesare Brandi estudados anteriormente, aplicando-os nas estratégias aqui redigidas. Baseando-se no diagnóstico realizado como diretriz das ações de conservação, cuidando para que a integridade e autenticidade do bem sejam preservadas, por meio da mínima intervenção, respeitando o princípio da distinguibilidade. Primeiramente serão propostas algumas estratégias de restauro das fachadas, através do tratamento das patologias e, posteriormente, formas de manutenção destas. Estas propostas se qualificam como formas de ações e atividade de conservação do Patrimônio Material de acordo com o Art. 53 da PPCM, o qual contempla toda ação que institui “parâmetros, estratégias e procedimentos para avaliação e redução de riscos ao patrimônio cultural material” (PPCM, p. 43),

Para estratégias de manutenção das fachadas, aconselha-se contratar uma equipe especializada e bem treinada para o tratamento das fissuras e rachaduras, para que não ocorra a descaracterização da região. Deve-se ter cuidado de verificar se existe algum dano na estrutura, e, em caso negativo, que essa não esteja atingida, tapando as fissuras com argamassa e cal e água.

Figura 51: Fissuras; Lacunas; Ferrugem;



Fonte: Acervo pessoal (2024)

As sujidades encontradas e partes encardidas deverão ser lavadas e escovadas com os produtos químicos adequados e, em casos extremos, a pintura deverá ser retirada e reaplicada. Existem trechos com partes faltantes de argamassa, ou deslocamento de placas, devem ter reboco e emboço removidos e refeitos, além da aplicação de impermeabilizantes, pois proporcionam um grande risco de infiltração, consequentemente podendo danificar o piso de taco original do pavimento superior. Para as partes com pinturas descolando, em placas ou pulverulência, é sugerido que a parte danificada da pintura seja removida, após isso a região deverá ser lixada e limpa com o equipamento adequado para que haja a aplicação de pintura, preferencialmente a base de cal. Para as lacunas é desejada a recomposição das partes faltantes com material compatível com a técnica construtiva empregada na edificação (Possui alvenaria em tijolo maciço).

Figura 52: Argamassa solta; Sujidades; Fissuras;



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Figura 53: Lacunas; Sujidades; Fissuras; Destacamento de Pintura;



Fonte: Acervo pessoal (2024)

As partes em madeira das esquadrias deverão ser lixadas a mão até que toda pintura antiga seja removida, aplicando selante e impermeabilização e *stain* para melhor preservação do seu aspecto natural, sendo posteriormente pintadas com esmalte sintético acetinado. Aquelas que apresentarem degradação mais profunda devem ser removidas para uma análise mais profunda e preenchimento das lacunas com enxertos e próteses, quando não for possível podem ser substituídas, afim de preservar os elementos ainda bem conservados.

Os novos elementos deverão corresponder a uma linguagem contemporânea, de modo a deixar clara a intervenção, porém, essas não deverão se destacar em relação ao patrimônio original. Os vidros deverão ser todos revisados e se necessários substituídos. Os metais que estiverem em estado de ferrugem necessitarão de análise para identificação dos pontos de

oxidação, as peças deverão ser desmontadas e lixadas afim de retirar a parte afetada, em seguida, deverá ser aplicado o fundo de zarcão na peça e repintar, contudo, as peças que apresentarem uma impossibilidade de recuperação, deverão ser substituídas por peças de boa qualidade (IPHAN, 2017, p. 61), respeitando sempre o princípio da distinguibilidade. Nas peças que ainda não apresentam corrosão, deverá ser aplicado um anticorrosivo preventivo.

Figura 54: Esquadria Original da Edificação.



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Os demais elementos metálicos da composição das esquadrias, como parafusos e correções, também apresentam sinais de corrosão, portanto, estas deverão ser retiradas, revisadas, caso necessite, ter parte de suas peças trocadas, por fim, deverão ser fixadas novamente na alvenaria. É de suma importância apontar, que, para todo elemento novo adicionado, é recomendado a utilização de materiais e técnicas reversíveis.

Após isso, as fachadas deverão ser pintadas novamente com a tinta adequada ao tipo de alvenaria da edificação. Como vimos na imagem 38, a alvenaria é construída em tijolo cozido maciço e argamassa de barro, tomando as devidas precauções e prevenções do aparecimento de possíveis patologias futuras. Atrelado a isso, é aconselhado que ocorra uma vistoria da estrutura do edifício anualmente para verificar sua integridade.

Neste tópico é exposto uma imagem preliminar de como a edificação ficará após o processo de restauro e requalificação, seguindo as ações propostas no capítulo 5.1, com o objetivo de melhor visualizar como as intervenções podem ser vantajosas no processo de conservação do patrimônio material. A imagem promove a identificação do bem em um estado íntegro e bem amparado pelas intervenções aplicadas.

Figura 55: Fachadas restauradas e repintadas



Fonte: Acervo pessoal (2024)

A escolha das cores vibrantes se deu a partir da consideração que a aplicação das cores, representam o primeiro elemento para identificação e reconhecimento do edifício no contexto urbano e da cidade como um todo. Portanto, as cores chamativas funcionarão como ativadores da memória coletiva. As cores são diferentes das originais aplicadas, por se tratar de uma intervenção contemporânea.

Com isso, identificamos como as ações sobreditas contribuem fortemente para manutenção e sustentabilidade do empreendimento, desta forma, propõe-se o estudo mais

aprofundado de colorimetria na arquitetura, assim como o estudo de como estas cores interagem no contexto em que o prédio se insere.

5.1.2. Manutenção das Estratégias:

Como estratégias de manutenção, é recomendado que ocorra um monitoramento e avaliação da integridade do edifício, a partir da inclusão de um cronograma de inspeções com vistorias anuais, pois, estas irão permitir identificar e solucionar patologias antes que se tornem irreversíveis, preservando assim, a estrutura da edificação como um todo. As visitas e intervenções precisam ser acompanhadas de registros diários, afim de monitorar as mudanças realizadas ao longo do tempo, ajudando a manter a integridade do bem e ajudando a justificar as iniciativas.

Além disso, as vistorias permitirão um melhor planejamento dos recursos empregados nas intervenções, evitando gastos e tempo de obra excessivos, esta ação irá contribuir para a conservação da edificação histórica. Para isso, é necessário a construção de uma equipe com profissionais plurifacetados, o manual para elaboração de projetos deste tipo disponibilizado pelo IPHAN (2019), denominado “Intervenções em Bens Culturais e Integrados à Arquitetura”, será utilizado como balizador dessas sugestões, ele destaca o valor dos seguintes profissionais:

O coordenador, que assume o papel de responsável técnico pelo serviço, ele irá gerenciar, e solucionar problemas ocasionais durante a obra, atua como guia da equipe, evitando transtornos, devendo inclusive, impor corretivas à contratante quando necessário. Além disso, o coordenador deverá incentivar a colaboração entre todos os membros da equipe, permitindo a boa transcorrência de cada habilidade, afim de que estas se complementem. Também é de responsabilidade do mesmo, a elaboração de relatórios parciais e finais.

Além do coordenador, o manual destaca a importância da presença de um Conservador/Restaurador, que deve ser um profissional com nível superior completo que irá analisar, identificar e solucionar problemas de conservação, promovendo a discussão das peculiaridades técnicas e formais do bem, além de aplicar métodos coesos nas intervenções, a partir da junção do conhecimento técnico, teórico e ético. O domínio das técnicas necessárias para intervenção é essencial, portanto, deverá se manter atualizado constantemente. Essas competências garantem uma abordagem eficaz e respeitosa na preservação do patrimônio cultural.

O próximo profissional proposto seria um técnico capaz de identificar os métodos e materialidades empregadas na construção da obra. Deverá estar atualizado das inovações das pesquisas sobre materiais e técnicas de conservação e restauro, pois entre suas responsabilidades estão a análise dos problemas de conservação presentes.

Em sequência, temos os auxiliares em conservação e restauração de bens, os quais serão os responsáveis pelos trabalhos manuais durante as obras, devendo dispor do conhecimento das técnicas necessárias para as intervenções, afim de garantir uma execução respeitosa.

Os consultores, são aqueles que irão realizar as consultorias necessárias às particularidades de cada obra, no contexto do presente trabalho, destaca-se a importância de um historiador, que terá contribuições pertinentes ao contexto histórico da obra, ajudando a entender seu significado e valor; A presença de químicos também é importante pois irão auxiliar na identificação dos materiais presentes e na escolha dos produtos adequados para conservação; Arquitetos, que possibilitam uma boa análise estrutural para planejar intervenções que respeitem a integridade arquitetônica do edifício, além de conter o devido conhecimento histórico e metodológico do diagnóstico das patologias e aplicação das intervenções; Engenheiros civis e mecânicos contribuem para o conhecimento técnico estrutural garantindo segurança ao prédio;

Tanto a empresa responsável pelas vistorias e obras, quanto os profissionais contratados, deverão apresentar a devida documentação e comprovação dos títulos, experiências, e conhecimentos adquiridos por meio de diplomas e declarações que comprovem sua competência na atuação. A montagem adequada de uma equipe bem qualificada e completa evitará a terceirização, mantendo a mão de obra qualificada promovendo a eficácia nas ações patrimoniais. Outra ação importante para que se mantenha a integridade do edifício seria a contratação de vigilantes com sistema de revezamento, zelando pelo bem durante 24 horas, seguindo a Seção IV, Art. 46 do PPCM que busca “estabelecer um conjunto de princípios, práticas e procedimentos que regulem e subsidiem o poder de polícia institucional e o acompanhamento de ações de vigilância” (PPCM, 2018, 42).

5.1.3. Sobre a Gestão de Obra:

A empresa contratada deverá adotar diretrizes que sigam à risca o princípio da mínima intervenção, distinguibilidade e reversibilidade das ações, visando garantir a compatibilidade dos materiais novos com a técnica construtiva original. Em seu livro, Souza (2016, p. 79-78)

faz uma definição de protocolo relacionado a estas intervenções e materiais aplicados, que poderá ser adaptado ao projeto em questão, adotando suas diretrizes, propõe-se o seguinte:

Deverão ser realizadas investigações arquitetônicas e estruturais; Análises laboratoriais para melhor compreensão da composição físico-química dos materiais preexistentes; Elaboração de testes que permitam compreender como as intervenções irão interagir com o antigo, como os testes de enxerto e de solvência; É pertinente também a constante atualização do mapa de danos ao longo do tempo em que forem feitas as vistorias, afim de monitorar mais profundamente a evolução ou não das patologias; É necessário também o registro fotográfico da edificação constantemente; Todas essas realizações precisarão ser documentadas dando origem à um Livro de Ocorrências:

Antes, durante e depois de qualquer ação deverão ser colhidas e registradas todas as informações capazes de gerar e salvaguardar o conhecimento futuro a respeito dos serviços-documentação dos trabalhos: FIDs, gráfica e fotograficamente, resultando em um relatório final circunstanciando com base no Livro de Ocorrências ou Diário de Obra. (Tinoco, 2014, *Apud* Souza, 2016, p. 79).

A realização do Livro de Ocorrências promove um diálogo íntimo entre os profissionais e conhecimentos envolvidos, para que todos estejam devidamente cientes das condições do bem e quais serão as metodologias mais adequadas a tal. Em conjunto, antes do início das obras, deverão ser contextualizadas todas as informações levantadas, de forma contratual, abrangendo todas as informações pertinentes referentes ao processo de manutenção e obra, tais como:

- Os dados do empreendimento, abrangendo seu endereço e denominação;
- As instituições responsáveis pelo bem, neste caso, a prefeitura municipal de Mossoró/RN;
- A listagem de todas as ações legais que deverão contemplar as ações de intervenção (Contrato de Prestação de Serviços Técnicos;
 - Ofício de Aprovação do projeto executivo emitido pelo órgão responsável;
 - Anotação da Responsabilidade Técnica – ART pela empresa prestadora de serviços;
 - Alvará de Aprovação e Execução emitido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura);
 - Prazos para execução;
 - Vigência do Contrato;
 - Valor da contratação;
 - A determinação do responsável pela fiscalização;
 - A listagem das Atividades e Serviços contratados;
 - O cronograma de Execução de Obra;

Esta documentação irá garantir a transparência e fiscalização de todas as ações realizadas durante o processo de intervenção, pois atendem os requisitos legais e asseguram que as intervenções sejam realizadas de acordo com as diretrizes preestabelecidas, minimizando os riscos e danos ao Palacete. Para além disso, este registro pode servir como acervo histórico que preserva o conhecimento sobre a edificação e como referências para futuras intervenções, possibilitando uma análise crítica afim de facilitar ajustes e melhorias nos próximos projetos. Ademais, a PPCM (2018) confirma no Art. 38, p. 39, que “regulamentar práticas e procedimentos que objetivem a preservação do patrimônio cultural material (...)” é uma ação de conservação.

Por fim, como estratégia de reconhecimento normativo do patrimônio, aqui se estabelece a necessidade do seu tombamento, pois está claro o seu papel na formação da identidade cultural e urbana mossoroense. Esta ação se enquadra como instrumento de gestão da conservação e de proteção ao patrimônio no que diz respeito a normatização (PPCM, 2018, p. 37 - 39). O Art. 28. afirma que esta proteção poderá ser aplicada para atuar como as seguintes finalidades:

- I. Evitar a descaracterização, deterioração ou destruição dos bens culturais materiais;
- II. Impedir a evasão de bens culturais materiais; e
- III. Garantir à sociedade o direito de conhecer, interpretar e interagir com os bens culturais materiais; (PPCM, 2018, p. 37).

5.2. Educação Patrimonial Através do Olhar Crítico do Observador

Segundo o Capítulo I, Art. 7º da PPCM:

Entende-se por Educação Patrimonial todos os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que tem como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para compreensão socio históricas das referências culturais, a fim de colaborar para sua preservação.

Parágrafo único. Os processos educativos devem primar pelo diálogo permanente entre os envolvidos pela participação efetiva das comunidades. (PPCM, 2018, p. 34).

Portanto, outra ação que é considerada relevante ao plano de salvaguarda seria a aplicação de ações da educação patrimonial, buscando promover a conscientização da população no que diz respeito à valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural, envolvendo o público em experiências imersivas, possibilitando a participação ativa em sua conservação do bem.

Para isto, é proposto visitas guiadas, enriquecidas com oficinas e cursos, como uma forma de campanha de sensibilização informativas em relação ao Palacete, o que irá estimular a interação das pessoas com a história e relevância do prédio para a cultura mossoroense de forma lúdica.

Vale lembrar, que de acordo com os levantamentos urbanísticos realizados, pode-se constatar que a área de estudo é bastante adensada e movimentada, sendo um dos fatores responsáveis por este cenário a presença da Escola Sagrado Coração de Maria, alocada logo em frente ao Palacete. A localização próxima à escola pode ser aproveitada como salvaguarda, promovendo a integralização entre os dois ambientes.

Como sugestão, existe a possibilidade da criação de um evento anual onde alunos de séries infantis realizem uma visita educativa ao palacete. A visita seria guiada por um profissional competente à área de preservação patrimonial, como um arquiteto, museólogo ou historiador, onde será apresentada as características da edificação e sua contextualização histórica, enquanto são apresentados os ambientes internos. Ao final do tour pela edificação, seriam propostas de diversas dinâmicas.

No presente trabalho, se sugere um caça-palavra educativo, podendo incluir termos relacionados ao palacete, como a data de construção, eventos importantes que lá aconteceram, o primeiro proprietário e características arquitetônicas. Ao final, as crianças seriam reunidas em um mesmo ambiente, onde o guia poderá fazer as respectivas perguntas, devidamente identificadas por números, a criança que tivesse a resposta com o mesmo número deverá responder em voz alta, promovendo assim uma aula interativa sobre o bem edificado.

Finalizando a aula, o guia irá promover um debate entre os alunos, onde as crianças poderão compartilhar o que aprenderam e como elas se identificam com a edificação. Esta troca entre os profissionais e alunos favorece uma compreensão mais aprofundada sobre a importância do palacete como bem patrimonial.

Para encerrar as dinâmicas envolvendo os alunos, sugere-se uma atividade de desenho, onde será disponibilizado lápis e papéis, onde o público ficaria livre para escolher qual parte da edificação mais o agradou, expressando como enxergam o palacete em seu cotidiano e qual o seu papel no contexto cultural da cidade. Esses desenhos poderão ser reunidos e expostos em um mini exposição celebrando a visão infantil sobre o patrimônio. No final de tudo seriam criadas memórias afetivas com o local, promovendo o senso de pertencimento.

Outra sugestão de evento, voltado para o público mais velho, seria um tour fotográfico, também guiado por profissionais bem capacitados e treinados. O passeio possibilita que os

cidadãos capturem a beleza do patrimônio edificado, assim como a sua interação com o entorno e como este se comunica com o contexto urbano em que está inserido. No fim do tour, poderá ser realizada uma exposição fotográfica, que compare as fotos tiradas no evento com fotografias históricas da edificação, esta ação proporciona um olhar crítico do observador sobre a evolução do palacete ao longo dos anos, fazendo com que a população identifique as mudanças e reflita sobre a preservação de sua autenticidade, possibilitando também, que os participantes não somente admirem sua arquitetura, mas também a sua história.

As fotos antigas deverão ser acompanhadas de legendas informativas que contextualizem o observador em relação a datas e fatos históricos e, as fotos novas deverão ser guardadas e preservadas, para servir de acervo, assim, poderão ser continuamente utilizadas em edições futuras do evento.

5.3. Promovendo a Integração com a Comunidade

Para que os eventos sugeridos anteriormente possam acontecer, é certo que, se faz necessária a melhor integração do edifício com a comunidade, visto que a edificação dispõe de um caráter administrativo da Secretaria Municipal da Fazenda de Mossoró. Pelo uso da edificação, a visita da população é inoportuna, já que raramente são adentrados os ambientes para além do atendimento geral. Vale ressaltar que a PPCM promove a interação da comunidade com o patrimônio material, deixando claro no Art. 56. A “obrigação imposta ao Poder Público de coletivizar as informações e conteúdos relacionados aos bens culturais sob sua tutela.” (PPCM, 2018, p. 45).

Considerando que a situação atual da edificação não promove sua salvaguarda, sugere-se que ocorra a alteração do uso para algo que seja aberto à população, voltado exclusivamente para a disseminação da cultura e história local, contribuindo para sua sustentabilidade e preservação, visto que a população poderia desenvolver o senso de pertencimento pelo bem.

Um uso que agregaria a este conceito seria o de galeria de arte focada em artistas regionais e externos convidados, onde aconteceria diferentes eventos ao longo do ano, integrando o prédio diretamente com a população da cidade. A galeria poderia oferecer cursos e workshops, auxiliando na formação de novos artistas, atuando em conjunto com a escola de artes. Este novo uso irá fortalecer os laços entre o patrimônio e a comunidade, transformando o Palacete Antônio Florêncio em um espaço dinâmico que celebra e história, cultura e arte dos

cidadãos, enriquecendo o contexto cultural de Mossoró e tornando possível a participação ativa dos habitantes.

Além de se agregar um novo uso, estratégias urbanísticas também são de relevância, de forma a agregar o vazio existente na parte de trás da edificação. Constata-se através do levantamento fotográfico, que a fachada posterior do edifício não possui nenhuma característica definida, tendo sido alvo de intervenções inadequadas, portanto, aqui se sugere a demolição do anexo que não possui um uso bem estabelecido, afim de proporcionar a integração entre o palacete e o terreno. O terreno se localiza na Avenida Rio Branco que, como visto anteriormente, é de grande relevância ao contexto cultural de Mossoró, a criação de um parque urbano, bem arborizado, irá inserir diretamente o palacete à área do corredor cultural, esta ação possibilita que o edifício possa entrar nas programações das festividades que acontecem no local.

Por fim, estas estratégias de salvaguarda promovem a conservação e sustentabilidade do patrimônio, o fortalecimento da comunidade e da valorização cultural. Portanto, como última estratégia, coloca-se que estas proposições deverão ser asseguradas por leis bem contextualizadas e com diretrizes bem definidas e pertinentes no sentido de preservação patrimonial do município.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o presente trabalho teve início a partir da preocupação relacionada à preservação, conservação e do reconhecimento do patrimônio cultural material do município de Mossoró, RN e sua crescente desvalorização. Assim, buscou-se abordar o conflito regido pelo constante desenvolvimento urbano e pelo desejo de modernização, o qual proporcionou um desgaste do contexto cultural edificado da região por meio de ações descaracterizantes, também pela falta de políticas públicas aprofundadas e efetivas, a partir das análises realizadas no Palacete Antônio Florêncio.

Em resposta a esta problemática, foi realizado um estudo sobre as temáticas da memória e identidade coletiva e políticas patrimoniais, e, a partir disso foi possível compreender que o patrimônio cultural material é a representação física da própria história e vivências de uma comunidade, assim, entende-se a importância da salvaguarda desses bens e, que a implementação de políticas eficazes e bem elaboradas têm o poder de promover de maneira sustentável a sua permanência no futuro.

Para compreender e identificar ações de salvaguarda, tendo os pontos supracitados claros e bem definidos, realizou-se um estudo abordando diretrizes do IPHAN, com o objetivo de promover ações fundamentadas e coerentes, abrangendo também projetos realizados previamente. A partir deste embasamento, foi compreendido o processo de identificação do patrimônio e quais operações seriam fundamentais para estudo do bem e criação de instruções pertinentes.

A partir disso, foi possível embasar as ações para o plano de salvaguarda, a partir de metodologias teóricas e práticas, como o levantamento do histórico e físico da edificação, além do diagnóstico de patologias e do mapeamento de danos. Identificou-se que para o devido reconhecimento do bem, é importante haver estudos históricos, bem como do entorno que o patrimônio se insere, para além disso, é necessário o levantamento físico da edificação, contudo, foram enfrentados obstáculos quando se refere à permissão do acesso interno do prédio, sendo assim, foi realizado o estudo mais minucioso somente das fachadas.

Todavia, estas ações mostraram-se extremamente efetivas no processo de intervenção respeitosa e eficaz, visto que promovem o conhecimento histórico, de sua significância no contexto urbano, assim como suas particularidades como bem e de sua identidade cultural, estas ações também promovem uma documentação pertinente para ações futuras. Assim, relata-se que os objetivos propostos no início do trabalho foram alcançados.

A partir destas ações, no que diz respeito ao produto final do trabalho, foi proposto um plano de salvaguarda para o Palacete, afim de relatar a importância de um processo bem elaborado e cuidadoso no processo de conservação de bens patrimoniais, além evidenciar maneiras de manter viva sua essência e continuidade. O plano propõe formas de integração da edificação com a comunidade por meio da educação patrimonial, assim como uma boa gestão de intervenções que garante sua sustentabilidade, a qual se baseia na Política de Patrimônio Cultural Material. Desta forma, o plano de salvaguarda, promove proposições que podem ser de fato executadas, além de servir como modelo para outras edificações históricas da cidade, portanto, sugere-se a aplicação prática das propostas para que se promova a conservação dos bens culturais materiais de Mossoró.

REFERÊNCIAS.

ALMEIDA, Zelma dos Santos. **Expressões do Nu para o Público das Artes**: Avaliação de Visitantes do Museu Rodin Bahia. 2015. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Museologia, Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira/BA, 2015.

BARROS, Adiláyne Keise Mendes. Manual de reabilitação de alvenarias tradicionais. 2021.

BARROS, Bruno Bulhões. **A presença dos conceitos de memória e patrimônio cultural nas monografias do curso de Biblioteconomia da UFPB**. 2014. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Biblioteconomia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PA, 2014.

BARROS, Júlio; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEM, Sanzio. **Restauração do Patrimônio Histórico**: uma proposta para a formação de agentes difusores. São Paulo: Senai-Sp Editora, 2018. 212 p.

BARTHEL, Cecília; LINS, Mariana; PESTANA, Fábio. O papel do mapa de danos na conservação do patrimônio arquitetônico. In: **Congreso Iberoamericano y VIII Jornada “Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio”**. Anais [...]. Buenos Aires. 2009.

BRANDLE, Maria de Betânia. **Projeto de Restauração e Intervenção como Projeto de Arquitetura**: Cesare Brandi e o Neues Museum Berlin. 2013. 27 f. Artigo Científico - O projeto como Instrumento de Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática. Salvador/BA, 26 a 29 de novembro de 2013.

CARBONARA, Giovanni. **Teoria da Restauração**: cesari brandi. 2. ed. São Paulo: Artes e Ofícios, 2005. 261 p.

CASTRO, Carla Yara Soares de Figueirêdo. **O Corredor Cultural: espaço de materialização da exclusão social em Mossoró-RN**. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia do deputado Antônio Florêncio. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131850/biografia>. Acesso em: 21 out. 2024.

Carta de Veneza. Veneza: ICOMOS, 1964.

DA CÂMARA CASCUDO, Luís. Notas e documentos para a história de Mossoró. éditeur inconnu, 1955.

DA SILVA COSTA, Luan; DA SILVA, Witson Andrade. Manifestações patológicas em fachadas de construções históricas: estudo de caso da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em São Luís–MA. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. 01-12, 2022.

DE SOUZA, Laura Lima. Plano de gestão de restauro.

DI MAURI, Fabio; PELLICCIOTTA, Mirza. **Salvaguarda e conservação da Casa Nadyr de Oliveira / Arquiteto Carlos Millan**. ICOMOS. 2018.

DO NASCIMENTO, Isabella Ludimilla Barbosa; NÓBRED, Wilker Ricardo Mendonça. Turismo e desenvolvimento local: um ensaio sobre o corredor cultural em Mossoró/RN. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, v. 9, n. 20, p. 34, 2016.

E NOTÍCIA MOSSORÓ. O palacete de Antônio Florêncio. Disponível em: <https://enoticiamossoro.com.br/2023/03/o-palacete-de-antonio-florencio/>. Acesso em: 21 out. 2024.

ESPINHA BAETA, Rodrigo; CARDOSO NERY, Juliana. Reflexões sobre intervenções arquitetônicas contemporâneas em ruínas. *Oculum Ensaio* [en línea]. 2017, 14(2), 217-240. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351752733004>.

GRUNBERG, Evelina; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. IPHAN, 2007.

IBGE. **Mossoró**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/mossoro.html>. Acesso em: 11 de out. de 2023.

IPHAN. **Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados à Arquitetura**. IPHAN, 2018.

IPHAN. **Manual de Elaboração de Planos Salvaguarda**. Brasília, IPHAN, 2022.

IPHAN. **Manual de Conservação Preventiva para Edificações**. Brasília, IPHAN.

IPHAN. **Política do Patrimônio Cultural Material**. IPHAN, 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **PosFAUUSP**, n. 21, p. 197-211, 2007.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 18, p. 287-320, 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018. 328 p.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Restauração**: Eugène Viollet-le-Duc. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Restauração Hoje**: Projeto e Criatividade. Notas de Aula, 2017.

MARTINS, Milena Dutra Dantas. Memória, patrimônio e preservação: proposta de restauro e reuso para o Casarão Bernardes, em São João do Rio do Peixe/PB. 2023.

MATOS, Arthur Menezes Brasil Lins de. **Cidade e memória**: diretrizes para a elaboração de um plano de salvaguarda para o centro de Mossoró-RN. 2024.

MOSSORÓ. Gabinete da Prefeitura. **Lei nº 2749/2011**. Dispõe sobre o tombamento e preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico do município de Mossoró, RN. Mossoró, RN, 2011.

MOSSORÓ. Prefeitura Municipal de Mossoró. **Lei Complementar nº 012/2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Mossoró e dá outras providências. Gabinete da Prefeitura. Mossoró. 2006.

MOSSORÓ NOTÍCIAS. Casarão construído na década de 1930 é demolido em Mossoró. Mossoró Notícias, 31 out. 2023. Disponível em >
[https://mossoronoticias.com.br/cotidiano/casarao-construido-na-decada-de-1930-e-demolido-em-mossoro#:~:text=Reda%C3%A7%C3%A3o&text=Um%20casar%C3%A3o%20constru%C3%ADdo%20na%20d%C3%A9cada,recomendou%20o%20tombamento%20do%20pr%C3%A9dio](https://mossoronoticias.com.br/cotidiano/casarao-construido-na-decada-de-1930-e-demolido-em-mossoro#:~:text=Reda%C3%A7%C3%A3o&text=Um%20casar%C3%A3o%20constru%C3%ADdo%20na%20d%C3%A9cada,recomendou%20o%20tombamento%20do%20pr%C3%A9dio.). Acesso em: 28 de out. 2024.

OLIVEIRA, Mylena Brasileiro de Lima. **A arquitetura de museus na obra do escritório Brasil Arquitetura**: os casos do Museu do Pão, do Palacete das Artes Rodin Bahia e do Museu Cais do Sertão. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo/SP, 2019.

OLÍMPIO, Monique Lessa Vieira. Formação do arquiteto e urbanista para a preservação de áreas e edifícios de valor patrimonial: diálogos entre a teoria e o exercício projetual. 2020.

PAIVA, Bruno Felipe Barboza de. Patrimônio cultural imaterial: análise de sua salvaguarda a partir da legislação mossoroense. 2021.

PINHEIRO, Karisa Lorena Carmo Barbosa. **O processo de urbanização de Mossoró: dos processos históricos à estrutura urbana atual**. 2006. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

QUEIROZ, Francisco Caio Bezerra de. **Entre ensejos e resistências: debates para uma política do patrimônio histórico em Mossoró-RN**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Artes & Ofícios, São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SAPIENZINKAS, Aline. Do patrimônio histórico ao patrimônio cultural: diálogos e interações na aplicação das políticas públicas de preservação. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 6, n. 1, p. 67-101, 2008.

SILVA, Jamile Parnaíba et al. Intervenção de restauro para a valorização de edifício histórico no bairro Praia de Iracema em Fortaleza/CE: atribuição de novo uso como forma de salvaguarda patrimonial. 2022.

SILVA, Joatan Jonas dos Santos. **Inventário urbano de Mossoró e o estado de conservação do patrimônio edificado na cidade**. 2023. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2023.

SOARES, Jamilson Azenedo. **A juventude nos enredos da cidade, da cultura e do lazer: Panis et Circenses no ‘País de Mossoró’?** 2015. 270 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEO/UFPE), Recife/PE, 2015.

SOUZA, Igor Alexander Nascimento de. Educação patrimonial nos documentos patrimoniais: constituição de 1988 e planos de salvaguarda. **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2011.

SPAOLONZI, Maria Gabriella Pavlopoulos. **Tombamento e Justa Composição para o Patrimônio Cultural**. 2018. 207 f. Dissertação de Mestrado - Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

TINICO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapa de Danos Recomendações Básicas**. Olinda: Ceci, 2009.

VIEIRA, Natalia. **INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas**. 2008

WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2022.

WEISSHEIMER, Maria Regina et al. **Arquitetura contemporânea e patrimônio no Brasil: contornos e contextos**. 2015.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia. A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna. **Centro de Estudos da Conservação Integrada**, v. 57, 2014.